

História

A música popular: resistência e registro

Organizadoras e elaboradoras

Kátia Maria Abud

Raquel Glezer

4

módulo

Nome do Aluno _____

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador: *Geraldo Alckmin*

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

Secretário: *Gabriel Benedito Issac Chalita*

Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP

Coordenadora: *Sônia Maria Silva*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: *Adolpho José Melfi*

Pró-Reitora de Graduação

Sônia Teresinha de Sousa Penin

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária

Adilson Avansi Abreu

FUNDAÇÃO DE APOIO À FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAFE

Presidente do Conselho Curador: *Selma Garrido Pimenta*

Diretoria Administrativa: *Anna Maria Pessoa de Carvalho*

Diretoria Financeira: *Sílvia Luzia Frateschi Trivelato*

PROGRAMA PRÓ-UNIVERSITÁRIO

Coordenadora Geral: *Eleny Mitrulis*

Vice-coordenadora Geral: *Sônia Maria Vanzella Castellar*

Coordenadora Pedagógica: *Helena Coharik Chamlian*

Coordenadores de Área

Biologia:

Paulo Takeo Sano – Lyría Mori

Física:

Maurício Pietrocola – Nobuko Ueta

Geografia:

Sônia Maria Vanzella Castellar – Elvio Rodrigues Martins

História:

Kátia Maria Abud – Raquel Glezer

Língua Inglesa:

Anna Maria Carmagnani – Walkyria Monte Mór

Língua Portuguesa:

Maria Lúcia Victório de Oliveira Andrade – Neide Luzia de Rezende – Valdir Heitor Barzotto

Matemática:

Antônio Carlos Brolezzi – Elvia Mureb Sallum – Martha S. Monteiro

Química:

Maria Eunice Ribeiro Marcondes – Marcelo Giordan

Produção Editorial

Dreampix Comunicação

Revisão, diagramação, capa e projeto gráfico: *André Jun Nishizawa, Eduardo Higa Sokei, José Muniz Jr. Mariana Pimenta Coan, Mario Guimarães Mucida e Wagner Shimabukuro*

Cartas ao
Aluno

Carta da

Pró-Reitoria de Graduação

Caro aluno,

Com muita alegria, a Universidade de São Paulo, por meio de seus estudantes e de seus professores, participa dessa parceria com a Secretaria de Estado da Educação, oferecendo a você o que temos de melhor: conhecimento.

Conhecimento é a chave para o desenvolvimento das pessoas e das nações e freqüentar o ensino superior é a maneira mais efetiva de ampliar conhecimentos de forma sistemática e de se preparar para uma profissão.

Ingressar numa universidade de reconhecida qualidade e gratuita é o desejo de tantos jovens como você. Por isso, a USP, assim como outras universidades públicas, possui um vestibular tão concorrido. Para enfrentar tal concorrência, muitos alunos do ensino médio, inclusive os que estudam em escolas particulares de reconhecida qualidade, fazem cursinhos preparatórios, em geral de alto custo e inacessíveis à maioria dos alunos da escola pública.

O presente programa oferece a você a possibilidade de se preparar para enfrentar com melhores condições um vestibular, retomando aspectos fundamentais da programação do ensino médio. Espera-se, também, que essa revisão, orientada por objetivos educacionais, o auxilie a perceber com clareza o desenvolvimento pessoal que adquiriu ao longo da educação básica. Tomar posse da própria formação certamente lhe dará a segurança necessária para enfrentar qualquer situação de vida e de trabalho.

Enfrente com garra esse programa. Os próximos meses, até os exames em novembro, exigirão de sua parte muita disciplina e estudo diário. Os monitores e os professores da USP, em parceria com os professores de sua escola, estão se dedicando muito para ajudá-lo nessa travessia.

Em nome da comunidade USP, desejo-lhe, meu caro aluno, disposição e vigor para o presente desafio.

Sonia Teresinha de Sousa Penin.

Pró-Reitora de Graduação.

Carta da

Secretaria de Estado da Educação

Caro aluno,

Com a efetiva expansão e a crescente melhoria do ensino médio estadual, os desafios vivenciados por todos os jovens matriculados nas escolas da rede estadual de ensino, no momento de ingressar nas universidades públicas, vêm se inserindo, ao longo dos anos, num contexto aparentemente contraditório.

Se de um lado nota-se um gradual aumento no percentual dos jovens aprovados nos exames vestibulares da Fuvest — o que, indubitavelmente, comprova a qualidade dos estudos públicos oferecidos —, de outro mostra quão desiguais têm sido as condições apresentadas pelos alunos ao concluírem a última etapa da educação básica.

Diante dessa realidade, e com o objetivo de assegurar a esses alunos o patamar de formação básica necessário ao restabelecimento da igualdade de direitos demandados pela continuidade de estudos em nível superior, a Secretaria de Estado da Educação assumiu, em 2004, o compromisso de abrir, no programa denominado Pró-Universitário, 5.000 vagas para alunos matriculados na terceira série do curso regular do ensino médio. É uma proposta de trabalho que busca ampliar e diversificar as oportunidades de aprendizagem de novos conhecimentos e conteúdos de modo a instrumentalizar o aluno para uma efetiva inserção no mundo acadêmico. Tal proposta pedagógica buscará contemplar as diferentes disciplinas do currículo do ensino médio mediante material didático especialmente construído para esse fim.

O Programa não só quer encorajar você, aluno da escola pública, a participar do exame seletivo de ingresso no ensino público superior, como espera se constituir em um efetivo canal interativo entre a escola de ensino médio e a universidade. Num processo de contribuições mútuas, rico e diversificado em subsídios, essa parceria poderá, no caso da estadual paulista, contribuir para o aperfeiçoamento de seu currículo, organização e formação de docentes.

Prof. Sonia Maria Silva

Coordenadora da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

Apresentação da área

Fazer a História

Durante sua vida escolar, você já estudou História em várias séries. Então, você sabe que essa disciplina estuda as ações humanas ocorridas no tempo, em diferentes lugares.

Também você já percebeu que existem muitas referências a fatos históricos e momentos significativos em diversas formas de comunicação, como séries de televisão, filmes, músicas, propagandas, livros, roupas etc.

Isto é uma característica da sociedade ocidental – ter o passado como parte formativa e informativa de sua cultura, para que qualquer pessoa que nela viva, em qualquer lugar, possa se localizar no tempo, entender as referências e compreender o momento em que vive.

Você deve ter observado que o programa de História solicitado para os exames vestibulares é longo – das origens dos seres humanos até os dias atuais. Nos seis módulos em que a disciplina História vai se apresentar, não há a intenção de percorrer todos momentos históricos, nem a de seguir uma sequência no tempo. A intenção é de mostrar como o mundo que nos cerca contém referências históricas e como que estas podem ser lidas e entendidas, por meio da exploração de fontes históricas.

Compreender como a nossa sociedade vê a História é importante, porque estamos em uma sociedade histórica, que constantemente se interroga sobre seu passado.

Vamos procurar mostrar como o historiador trabalha com o material que seleciona para sua pesquisa, o tipo de conhecimento que resulta dessa pesquisa e como você pode fazer alguns exercícios que permitem o entendimento dos textos e das afirmações sobre os momentos históricos.

Incluímos indicações de alguns filmes, livros e sítios na internet, para complementação dos itens desenvolvidos, para que você perceba como a História é parte fundamental da cultura na sociedade ocidental, da qual a sociedade brasileira faz parte e na qual todos nós estamos mergulhados.

Apresentação do módulo

Neste módulo, mais uma vez, priorizamos uma fonte como um dos instrumentos para a construção da História: as letras da música popular.

Elas registram acontecimentos históricos abrangentes e ainda deixam marcados os aspectos do cotidiano, que também compõem a dinâmica histórica. Na sociedade brasileira, o registro da música é de muita importância, pois a transmissão oral predomina sobre a cultura letrada, que privilegia a escrita. A maioria da população tem poucas possibilidades de acesso à escrita – basta verificar o número de analfabetos funcionais que frequentemente é anunciado pelas pesquisas do IBGE, divulgadas nos noticiários.

O conteúdo a ser desenvolvido por meio da leitura das letras de música será a organização do trabalho no Brasil. Desde o início da colonização, quando a administração portuguesa optou pelo trabalho escravo (primeiramente do indígena e depois do africano), o cotidiano desses trabalhadores foi registrado em cantos do trabalho, os quais mostravam a dureza do trabalho, a saudade da África, a revolta e a depressão que tomavam conta dos escravos devido às suas condições de vida. Por outro lado, permitiam a conservação de aspectos culturais e que fora do trabalho rotineiro trouxessem suas histórias e recuperassem suas memórias da terra distante, para que as novas gerações aprendessem e pudessem identificar suas raízes. É o que faziam, por exemplo, ao dançar a Congada, nas festas religiosas católicas.

A transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado não tirou da música popular seu caráter de registro, resistência e identidade. Assim, a música continuou mostrando conflitos e interesses, marcando a linha divisória entre os “malandros” e os trabalhadores.

Espera-se, com este módulo, que você possa compreender mais sobre a história de nosso país por meio do canto do nosso povo.

Introdução

A música é uma forma de produção artística com uma grande diversidade de estilos e de ritmos. Faz parte de nossa vida, em qualquer de seus aspectos. Ouvimos e cantamos música para relaxar, para nos divertir, para brincar, para protestar, para demonstrar nosso amor, para orar em nossos cultos religiosos, para glorificar a pátria, para dançar. Quantos casais de namorados não têm a “sua música”, aquela música que marcou um momento especial de suas vidas?

É certo também que cada um de nós tem um estilo musical de preferência e de acordo com o momento que está vivendo; temos também a nossa música predileta.

Que tipo de música você prefere? Explique por quê.

Qual a sua música preferida? Você decorou a letra? Escreva-a.

Reescreva com suas palavras a letra da música.

Organizadoras

Kátia Maria Abud

Raquel Glezer

Elaboradoras

Kátia Maria Abud

Raquel Glezer

Destaque o tema principal. Quais os fatos narrados pela letra da música?

Como é um produto social, a música representa modos de ver o mundo, fatos que acontecem na vida cotidiana, expressa indignação, revolta, resistência, e mesmo que tenha um tema específico, ela traz informações sobre um conjunto de elementos que indiretamente participam da trama. No Brasil, a música popular é especialmente importante porque, para a maioria da população, as formas de comunicação oral são muito mais fortes que a escrita.

Talvez você conheça os trechos da letra que seguem transcritos:

“São Paulo, dia 1º de outubro de 1992,
8h da manhã.
Aqui estou, mais um dia.
Sob o olhar sanguinário do vigia.
Você não sabe como é caminhar com a cabeça na mira de
uma HK.
(...)
Na muralha, em pé, mais um cidadão José.
Servindo o Estado, um PM bom.
Passa fome, metido a Charles Bronson.
(...)
Tirei um dia a menos ou um dia a mais, sei lá...
Tanto faz, os dias são iguais.
Acendo um cigarro, vejo o dia passar.
Mato o tempo pra ele não me matar.
(...)
Tic, tac, ainda é 9h40.
O relógio da cadeia anda em câmera lenta.
Ratatatá, mais um metrô vai passar.
Com gente de bem, apressada, católica.
Lendo jornal, satisfeita, hipócrita.
Com raiva por dentro, a caminho do Centro.
Olhando pra cá, curiosos, é lógico.
Minha vida não tem tanto valor
quanto seu celular, seu computador.
Hoje, tá difícil, não saiu o sol.
Nada deixa um homem mais doente
que o abandono dos parentes.
(...)
Um dia... no Carandiru, não... ele é só mais um.
Comendo rango azedo com pneumonia...
Aqui tem mano de Osasco, do Jardim D’Abril, Parelheiros,
Mogi, Jardim Brasil, Bela Vista, Jardim Ângela,
Heliópolis, Itapevi, Paraisópolis.
Ladrão sangue bom tem moral na quebrada.
Mas pro Estado é só um número, mais nada.
Nove pavilhões, sete mil homens.
Que custam trezentos reais por mês, cada.
(...)
Eu quero mudar, eu quero sair.

Se eu trombo esse fulano, não tem pá, não tem pum.
E eu vou ter que assinar um cento e vinte e um.”
Amanheceu com sol, dois de outubro.
Tudo funcionando, limpeza, jumbo.
De madrugada eu senti um calafrio.
Não era do vento, não era do frio.
Acertos de conta tem quase todo dia.
Ia ter outra logo mais, eu sabia.
Lealdade é o que todo preso tenta.
Conseguir a paz, de forma violenta.
Se um salafrário sacanear alguém,
leva ponto na cara igual Frankenstein
Fumaça na janela, tem fogo na cela.
(...)
Mas não imaginavam o que estaria por vir.
Traficantes, homicidas, estelionatários.
Uma maioria de moleque primário.
Era a brecha que o sistema queria.
Avise o IML, chegou o grande dia.
Depende do sim ou não de um só homem.
Que prefere ser neutro pelo telefone.
Ratatatá, caviar e champanhe.
(...)
O ser humano é descartável no Brasil.
Como modess usado ou bombрил.
Cadeia? Claro que o sistema não quis.
Esconde o que a novela não diz.
(...)
Cadáveres no poço, no pátio interno.
Adolf Hitler sorri no inferno!
O Robocop do governo é frio, não sente pena.
Só ódio e ri como a hiena.
(...)
Mas quem vai acreditar no meu depoimento?
Dia 3 de outubro, diário de um detento.”

Diário de um detento. Composição: Autor desconhecido.
www.racionais-mcs.letras.terra.com.br

Este é um rap do Racionais Mc's e conta uma história real, manifestando seus sentimentos em relação ao fato narrado. É uma narração direta do chamado massacre do Carandiru. Em 2 de outubro de 1992, diante de um motim, na Penitenciária do Carandiru, soldados da Polícia Militar de São Paulo mataram 111 detentos. A letra do rap, ao contar a história, faz uma denúncia sobre o sistema carcerário. Transmite informações sobre o acontecimento e analisa não somente as condições de vida na prisão, mas também os motivos que levaram os homens para lá. Mostra as contradições sociais, critica a ideologia dominante e o descaso da sociedade.

O RAP (em inglês, *rythm and poetry* – ritmo e poesia) é a forma musical que se constitui da letra falada ou declamada sobre uma base instrumental manejada pelo DJ.

Enveredando pela contestação social, surgiram nos grandes centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, etc), nas últimas décadas do século XX, diversos movimentos e manifestações culturais que veiculam o discurso do confronto em resposta ao preconceito racial e social, à pobreza e às diversas formas de violência. Essa cultura da periferia mobiliza os jovens em torno de posturas, modos de vestir, linguagens e, sobretudo, manifestações musicais e de dança. Não apenas espelha a realidade de violência social, mas também reivindica a ampliação da cidadania para as populações da periferia. Entre essas manifestações, o hip hop, que é ora classificado como um movimento social, ora como uma cultura de rua, mobiliza milhares de jovens dos bairros mais afastados das cidades brasileiras. A batida do *rap*, os movimentos do *break* e as cores fortes do grafite são suas formas de expressão mais conhecidas.

Movimentar os quadris (*to hip*) e saltar (*to hop*) sintetizam o sentido do termo criado por Afrika Bambaataa em 1968 para designar os encontros de dançarinos de *break*, disc-jóqueis (DJ) e mestres de cerimônia (MC) nas ruas do Bronx, bairro negro e latino de Nova York. No Brasil, o *hip hop* surgiu nas ruas, nos bairros periféricos e nas favelas para alcançar depois a indústria fonográfica. Extrapolou, assim, o espaço das *posses* onde se manifestava, reunindo jovens em eventos de arte e estudos, em intervenções e reivindicações coletivas que procuram firmar atitude, baseando-se na leitura crítica da sociedade e na denúncia dos problemas sociais. O fundamental nessa estratégia é fornecer referências para a juventude negra.

O *break*, dança que imita movimentos de robô, surgiu também nos Estados Unidos, nos anos 1960. Trazido para as ruas de São Paulo, primeiro ocupou o espaço da Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal, em seguida foi para a rua 24 de Maio, centro comercial, onde a dança era feita ao som de batida em latas. Desde o início, seus seguidores, os *breakers*, sofreram perseguição policial, pois os comerciantes eram contrários às aglomerações diante de suas lojas. Sofreram também discriminação dentro dos bailes *blacks*, redutos do *funk*, onde eram proibidos de dançar. A divulgação das músicas e videoclips de Michael Jackson no Brasil contribuiu para sua maior aceitação além do pequeno círculo de office-boys que nos anos 1980 foram seus primeiros adeptos.

O *hip hop* é predominantemente uma manifestação cultural de grupos que vivem na periferia das grandes cidades e sua apropriação pela indústria cultural é incipiente. Vivendo em campos minados da sociedade capitalista, os jovens vêm buscando caminhos de superação e denúncia para a falta de oportunidades e de perspectiva para suas vidas, por meio de novos canais de comunicação.

Texto baseado em IVANA BENTES e MICAEL HERSCHMANN. O espetáculo do contradiscurso. *Caderno Mais! Folha de São Paulo*, 18/8/2002, p. 11.

Tem sempre tudo no trem
que sai lá da Central
Baralho, sorvete de coco,
corda pro seu varal
Tem canivete, benjamim
Cotonete, amendoim
Sonho de valsa, biscoito
integral
Tem sempre tudo no trem
que sai lá da Central
Chiclete, picolé do China
Guaraná natural
Tem agulheiro, paliteiro
Desodorante, brigadeiro
E um bom calmante quan-
do a gente passa mal
E quem quiser pode
comprar
O Shopping Móvel é isso
aí
É promoção desde a Cen-
tral a Japeri
E quem quiser pode
comprar
Um bom pedaço de
cuscuz
E mastigar desde a Cen-
tral a Santa Cruz
CD pirata de Frank
Sinatra a Zeca Pagodinho
E até aquele veneno pra
rato
Chamado chumbinho
Bala de coco, pirulito
Suco de frutas no palito
Cuscuz e cocada, pastel-
zinho de palmito
Despertador, rádio de pi-
lha
Ventilador e sapatilha
Até peruca é possível se
encontrar
O pagamento é no cartão
Vale transporte ou refeição
Qualquer pessoa jamais
fica sem comprar.

Outras manifestações musicais expressam situações do cotidiano das populações mais pobres, com um humor mais ácido ou com mais lirismo. Veja a letra de “Shopping Móvel”, de autoria de Luizinho Toblow e Claudinho Guimarães, música gravada por Zeca Pagodinho.

A letra ao lado descreve com bom humor a situação de milhares de pessoas de baixa renda. Primeiramente, podemos perceber como as pessoas se organizam e retomam práticas em desuso no sistema capitalista. Há retomada de uma produção familiar, que se expressa nas comidas postas à vendas nos vagões do trem da Central do Brasil (ferrovia que liga o centro da cidade do Rio de Janeiro aos subúrbios da Zona Norte): sorvete de coco, picolé, brigadeiro, cuscuz, bala de coco, pirulito, suco de frutas no palito, cocada, pastelzinho de palmito. São alimentos comuns, que podem ser feitos em casa. Essa produção caseira feita por mulheres é posta à venda nos trens pelos homens. Mas não é somente constituído de comida o comércio do “shopping móvel”, como o trem é ironicamente chamado: há ainda cotonetes, veneno para matar rato, desodorante, agulheiro, paliteiro, CD pirata, ventilador, rádio de pilha. São produtos baratos, necessários à vida cotidiana dos trabalhadores que, como diz Chico Buarque em outro samba, “*mora(m) lá longe e chacoalha(m) num trem da Central*”. Indicam também como se pode escapar das regras legais: a venda do CD pirata aparece como normal, assim como nos é permitido imaginar que o rádio de pilha, o ventilador e o despertador sejam mercadorias contrabandeadas, compradas e vendidas sem o pagamento dos impostos devidos. Essa letra retrata o famoso “jeitinho brasileiro”, que no final das contas nada mais é que o conjunto das formas de sobrevivência de grande parte da população além de ser também um meio para ter acesso a certos bens de consumo. Note-se que os versos finais fazem referência importante a “moedas correntes”: o vale-transporte e o vale-refeição, benefícios sociais que são transformados em dinheiro para as pequenas despesas do dia-dia e revendidos pelo ambulante.

Leia com atenção:

Samba de Trem

(Edvaldo Santana, Mauro Paes e Artenio Fonseca)

O trem de ferro, se não fosse JK
Ia ser bom pra transportar
Brasil inteiro
Em Trinidad, quando o trem tá pra chegar
Do Itaim dá pra ver que já vem cheio
Calmon Viana, variante de Itaqué
Oh, seu Goulart, Aracaré com Mane Feio
Ele que pega sempre, sem faltar o cinco e meia
Que anda cheio feito cela de cadeia
Vai pendurado pela porta feito um cacho
Da bananeira, é gente em cima, gente embaixo
E vai no vendo de estação em estação
E chega em casa ainda reza uma oração
Toma cachaça, chuta a porta do barraco
Ronca de um jeito que até espanta o cão
Trem tem o samba do trem

No vagão do trem, tem um samba de trem
Moça bonita, arroz na marmitta
No fundo querendo sair na revista
Moleque no teto, bancando o surfista
Maluco fumando cigarro de artista
No hino do crente ambulante na fita
Um rap, um pagode
Uma salsa, um rock
Um reggae e um xote
Um coco e um blues

(Extraído de www.mpbnet.com.br/canto.brasileiro/edvaldo.santana/letras/samba_de_trem.htm)

Dentre os autores do samba, o mais conhecido é Edvaldo Santana. É músico desde os anos noventa, misturando os mais diversos tipos de música. É considerado um músico alternativo, que não grava nas grandes companhias gravadoras, mas é muito respeitado por outros músicos, pela qualidade de suas letras. Explora o cotidiano da periferia paulistana. Seu sobrenome artístico é uma homenagem ao músico Carlos Santana.

Responda as questões:

O que é?

Quem produziu?

Para quê?

Por quê?

Quando?

Onde?

HISTÓRIA

Escreva com suas palavras o que a letra da música conta

Que lugares cita? Localize-os geograficamente.

Que tipo de transporte a letra cita?

Explique a frase:

O trem de ferro, se não fosse JK
Ia ser bom pra transportar
Brasil inteiro

Unidade 1

As origens do samba: dos cantos de trabalho dos escravos às festas dos libertos

Hoje o samba é considerado a música nacional brasileira, um elemento da nossa identidade. Por ele somos conhecidos no exterior e, sem dúvida, o carnaval é a maior festa popular do Brasil. Suas origens estão nos cantos, músicas e danças dos escravos africanos, que trouxeram para o Brasil sua cultura.

Uma das formas empregadas para marcação do trabalho rural eram os *cantos* ou *toadas*, que constituíam um diálogo entre os escravos e os senhores, tendo como referência sua situação. Cantos e batucadas, vissungos ritmavam o trabalho e em sua incessante repetição tornavam a jornada mais suportável, além de conterem, muitas vezes, elementos de contestação ao cativo. Essas cantigas consistiam em “jongos, canções inspiradas nos acontecimentos miúdos da vida cotidiana, falando de senhores e escravos, de feitos e iaiás, cantadas em duas ou mais vozes, às vezes numa mistura de palavras portuguesas e africanas”.

Os vissungos eram cantados na região do garimpo de Minas Gerais, para onde tinham sido levados grandes contingentes de escravos bantos. Os vissungos (cuja tradução é fundamento) eram cantos de trabalho que também agregavam funções sociais e religiosas. Marcavam o dia-a-dia do trabalho no garimpo, desde o nascer do sol até o final da jornada de trabalho. Eram muitas vezes acompanhados pela batida dos instrumentos de trabalho, como a enxada, e a pá. Esta batida era sincopada como a do samba atual, ritmo que já estava sendo prenunciado.

Simbolizando primeiramente a dança, para anos mais tarde se transformar em composição musical, o samba – antes denominado “semba” – foi também chamado de umbigada, batuque, dança de roda, lundu, chula, maxixe, batucada e partido alto, entre outros nomes, com muitos destes vocábulos convivendo simultaneamente.

Os estudiosos da música popular brasileira concordam que a origem provável da palavra samba esteja no vocábulo “semba”, que significa umbigo em quimbundo (língua de Angola). O termo “semba” designava um tipo de dança de roda praticada em Luanda (Angola). Do centro de um círculo e ao som de palmas, coro e objetos de percussão, o dançarino solista, em requebros e volteios, dava uma umbigada num outro companheiro a fim de convidá-lo a dançar, sendo substituído então por esse participante. A própria palavra samba já era empregada no final do século XIX dando nome ao ritual dos negros escravos e ex-escravos.

Organizadoras

Kátia Maria Abud

Raquel Glezer

Elaboradoras

Kátia Maria Abud

Raquel Glezer

Queixando-se da vida – Vissungos

Extraído do livro de Aires da Mata Machado Filho, *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais* (2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964).

Solo:

Ei ê lambá
Quero me cabá no sumidô
Que me cabá no sumidô
Lamba de vinte dia
Ei lambá
Quero me cabá no sumidô

Coro:

Ei ererê
(O negro queixa-se do ser-
viço duro – lambá – e pede
a morte)

O trabalho escravo no Brasil

Você tem, com certeza, informações sobre a composição étnica da população brasileira e deve saber que predominam entre nós os descendentes de africanos que foram trazidos para cá como escravos. Foram eles os responsáveis, mais que os portugueses e os indígenas, pelo aparecimento e pela consolidação de uma produção musical reconhecidamente brasileira.

Quando os portugueses iniciaram a exploração de suas possessões territoriais na América, utilizaram primeiramente a mão de obra indígena. A primeira forma de exploração foi a coleta de pau-brasil, que era derrubado e depositado pelos índios em barracões chamados feitorias, onde ficavam guardados à espera da chegada dos navios que deveriam levar os troncos para a Europa. Pelo seu trabalho, os índios recebiam produtos e mercadorias que não produziam: espelhos, facões, contas e miçangas, entre outras coisas. Essa primeira relação econômica entre os portugueses e os nativos foi chamada de *escambo*.

Quando, depois de 1530, houve o começo efetivo da colonização, os índios passaram a ser escravizados, para trabalhar nas fazendas e engenhos implantados pelos colonos portugueses.

ESCRavidÃO INDÍGENA

O início das plantações de cana-de-açúcar provocou o recrutamento compulsório dos índios para o trabalho escravo nas grandes fazendas. A exploração agrícola em grandes unidades produtivas, do tipo *plantation*, era uma decorrência da necessidade de se produzir o açúcar em larga escala para atender o mercado externo e do baixo nível da tecnologia empregada, o que implicava também no trabalho escravo. Em 1534, com a instituição das capitânicas hereditárias, iniciou-se o processo de doação de sesmarias (grandes extensões de terra doadas aos colonos que tivessem condições de fazê-las produzir) e foi concedida licença para os capitães donatários (os que recebiam as capitânicas) escravizar os índios e até vendê-los como mercadoria em Lisboa. A obtenção de escravos indígenas se fazia geralmente por aprisionamento direto por meio de práticas militares desenvolvidas pelas *entradas* (principalmente amazônicas e maranhenses) e pelas *bandeiras* que saíam, principalmente, da capitania de São Vicente (atual estado de São Paulo). As rivalidades tribais foram estimuladas, pois as disputas entre as comunidades indígenas as enfraqueciam e facilitavam o aprisionamento e a escravidão. As tribos consideradas aliadas pelos portugueses passaram a vender como escravos seus prisioneiros de guerra.

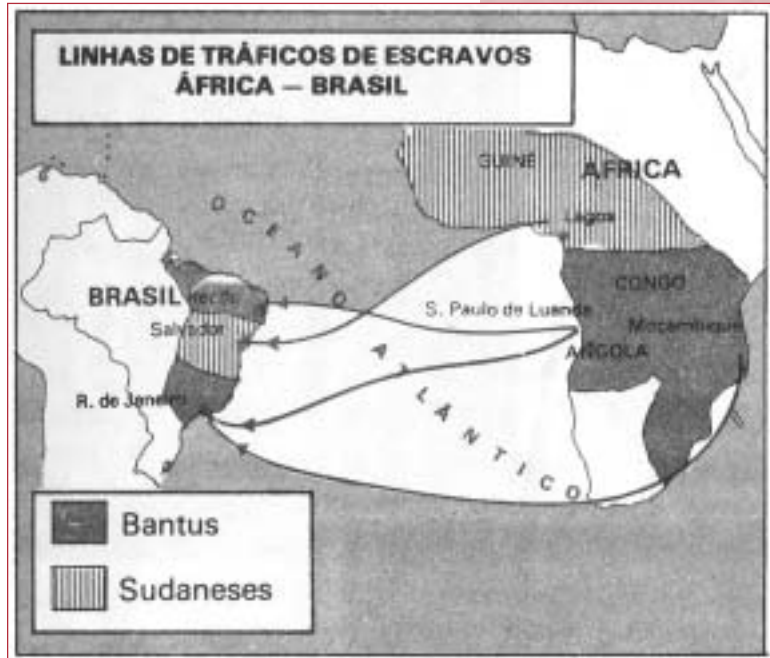
Em 1548, com a criação do Governo Geral, o governo português proibiu a escravização dos índios, o que não significou de fato o seu fim. Justificava-se a escravização pela guerra justa, que podia ser empreendida contra os índios que atacassem os colonos, o que ocorria com frequência, pois era uma forma de manifestação da resistência contra a apropriação das terras e contra a escravização. Por outro lado, algumas regiões, como as dos atuais estados de São Paulo e do Maranhão, que não tinham desenvolvido sua economia com a produção da cana-de-açúcar, dependiam da mão-de-obra indígena para desenvolver suas lavouras. São Paulo produzia bens comestíveis (trigo, farinha de mandioca, farinha de milho, marmelada), que revendia para as outras regiões da colônia portuguesa. Como não alcançou o desenvolvimento das capitânicas do nordeste, o trabalho escravo dos índios era necessário às fazendas, que se instalaram no Planalto de Piratininga. No século XVII, nos engenhos nordestinos, a principal mão-de-obra já era a dos escravos trazidos da África, enquanto em São Paulo os fazendeiros ainda organizavam grandes bandeiras para aprisionar os índios.

No Nordeste, o plantio da cana-de-açúcar se desenvolveu porque o açúcar, produto de grande aceitação no mercado europeu, encontrou condições favoráveis para seu desenvolvimento: clima e solo apropriados e facilidade de comunicação, porque era a região mais próxima da Europa. A partir do século XVII (1601-1700), o desenvolvimento açucareiro demandou mais trabalhadores, o que coincidiu com a expansão do comércio entre Portugal e a África. Comerciantes portugueses que buscavam produtos para revender prendiam africanos e os traziam para as colônias americanas, onde seriam transformados em escravos.

Os traficantes de escravos, interessados em ampliar esse rendoso negócio, firmaram alianças com os chefes tribais africanos. Estabeleceram com eles um comércio baseado no escambo, em que trocavam tecidos de seda, jóias, metais preciosos, armas, tabaco, algodão e cachaça por africanos capturados em guerras com tribos inimigas. O tráfico de africanos escravizados organizou-se em bases empresariais e tornou-se estável, suprimindo as necessidades de mão de obra. Havia, por outro lado, a oscilação do número de índios escravizados, ocasionada pela dizimação das tribos mais próximas e pela fuga de outras para o interior da colônia. A Igreja, que tinha se manifestado contra a escravidão dos indígenas, não se opôs à escravidão dos africanos. Dessa maneira, a utilização da mão-de-obra escrava africana tornou-se a melhor solução para a atividade açucareira.

Os escravos vinham de diferentes regiões da África, mas a maioria era aprisionada e trocada por mercadorias na região congo-angolana. O golfo da Guiné e a Costa Oriental foram também locais de partida de levas de prisioneiros escravizados.

A escravidão não era uma instituição desconhecida na África. Ao contrário, desde tempos muito distantes se tem notícia da escravidão em reinos africanos. Não só no antigo Egito, como no reino de Mali, entre os bantos, povos pastores e agricultores, sabe-se que houve escravidão. Segundo Marina de Mello e Souza, o exemplo mais documentado de existência da escravidão em sociedades africanas é o do reino do Congo. Este reino era um conjunto de aldeias agrupadas governadas por um poder central – um rei que vivia cercado por suas mulheres, filhos, dependentes, soldados e escravos, que eram usados nos exércitos, nos trabalhos agrícolas e domésticos.



Fonte: *História do Brasil: da Colônia à República*. São Paulo, 1990, p. 48.



Fonte: *Nossa História*, n. 8, junho 2004, p. 81.

Dessa região veio a maioria dos africanos transportados para o Brasil, como os angolas, cassanjes, congos, cabindas, benguelas. Os indivíduos dessas nações africanas vieram desde o século XVI até o século XIX. No século XVIII, foram suplantados numericamente pelos escravos iorubas.

A demanda por escravos incentivou o aprisionamento na África. A guerra era o principal meio de aprisionamento do qual se utilizavam os vendedores de escravos, pois levava à expansão territorial dos vencedores, o que significava a incorporação dos povos vencidos, transformados então em cativos. Assim, quanto mais os chefes de uma região estivessem envolvidos no comércio de escravos, mais aumentavam as guerras e o aprisionamento dos indivíduos para serem comercializados. A guerra entre os africanos, portanto, era a base da manutenção da escravidão na África.

Durante muito tempo, os escravos foram estudados no Brasil como simples mercadoria. Atualmente, contudo, os historiadores têm estudado a escravidão não apenas como uma instituição econômica, relacionada exclusivamente às questões produtivas e ao fornecimento de mão de obra. Graças a novos documentos e a outras maneiras de se ver a sociedade brasileira, para cuja compreensão os estudos sobre a escravidão são fundamentais, os historiadores passaram a dar atenção à cultura e às formas de organização social. Passaram também a considerar como objetos de estudo sobre a escravidão a circulação de pessoas, que carregavam consigo crenças, valores, hábitos, modos de pensar, agir, falar, comer, vestir, sentir...

Pensamos nesses homens como escravos porque eram destituídos de seus direitos sociais, foram afastados de seu grupo de origem, eram obrigados a cumprir tarefas determinadas pelo seu senhor, podiam ser castigados fisicamente e, principalmente, podiam ser vendidos.

O trabalho escravo foi o principal motor da sociedade brasileira, desde o início da colonização – foram os escravos que fizeram a produção do açúcar, ao trabalharem na plantação e no corte da cana e nas moendas, nos engenhos do Nordeste que durante dois séculos sustentaram a colônia portuguesa. Foram os braços escravos que exploraram os veios de ouro e as pedras preciosas nas Minas Gerais. Aos escravos coube ainda o trabalho nos cafezais do Sudeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo, no século XIX, mesmo depois da separação do Brasil de Portugal.

As formas de resistência e a abolição

A resistência dos escravos manifestou-se de diversas formas e por longo período, uma vez que toda dominação gera, ao mesmo tempo, resistências a ela. Vejamos o que diz a respeito disso o texto do historiador Stuart Schwartz:

REPENSANDO PALMARES: A RESISTÊNCIA ESCRAVA NA COLÔNIA

O Brasil colonial, que tinha como base o trabalho forçado de índios e africanos, via-se continuamente ameaçado por várias formas de resistência à instituição fundamental da escravidão. Nas Américas, onde quer que a escla-

vidão fosse instituição básica, a resistência dos escravos, o medo de rebeliões de escravos e o problema dos escravos fugitivos atormentava os colonos e os administradores coloniais. Essa resistência assumia inúmeras formas e era expressa de diversas maneiras. A recalcitrância cotidiana, a lentidão no ritmo de trabalho e a sabotagem eram, provavelmente, as formas mais comuns de resistência, ao passo que a autodestruição por meio de suicídio, infanticídio ou tentativas manifestas de vingança eram as mais extremas no sentido pessoal. No Brasil, os exemplos mais drásticos de atos coletivos foram as inúmeras rebeliões de escravos ocorridas no início do século XIX na Bahia, porém rebeliões como a dos Malês, em 1835, foram episódios verdadeiramente extraordinários. A forma mais comum de resistência escrava no Brasil Colonial era a fuga e um dos problemas característicos do regime escravista brasileiro era a existência contínua e generalizada de comunidades de fugitivos, que recebiam diversas denominações: mocambos, ladeiras, magotes ou quilombos. (SCHWARTZ, S. *Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 215).

Atividades:

1. No texto acima, o historiador Stuart Schwartz distingue as diferentes maneiras pelas quais os escravos manifestavam a rejeição à sua situação. Relacione três formas de resistência e justifique por que as atitudes que selecionou podem ser consideradas manifestação de resistência.

1. _____

2. _____

3. _____

2. Releia a letra do *Vissungo* transcrita na p. 17. Ela se refere a alguma das formas de resistência citadas no texto de Stuart Schwartz? Qual? Justifique sua resposta.

OS QUILOMBOS

Os quilombos formam a mais conhecida forma de luta dos escravos. Leia os comentários do Prof. Clóvis Moura:

“... Foi incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito à determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele poderia afirmar-se. Não. O quilombo apa-

Remanescentes de quilombos

Os quilombos são fazendas baseadas na produção coletiva, formadas principalmente por escravos fugitivos ou libertos. São comunidades tradicionais, com culturas, dialetos, formas de produção e regras internas próprias.

A importância histórica e cultural dessas comunidades fez com que a Constituição brasileira de 1988 reconhecesse o direito delas aos seus territórios. Em geral, são territórios denominados “remanescentes de quilombos”. Essas comunidades, vindas de doações a ex-escravos, também são chamadas de “terras de preto” ou “comunidades negras”. Seus integrantes recebem o nome de “quilombolas”. Já as terras abandonadas por ordens religiosas deram origem às “terras de santo” e “terras de santíssimo”.

recia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação típica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando sua vida e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituiu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era a reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava”

(Clóvis Moura, em www.portalafro.com.br)

Os quilombos existiram enquanto existiu a escravidão – desde o século XVII sabe-se da sua existência. Nesse século organizou-se o mais conhecido e maior deles, o Quilombo de Palmares. No século XIX, formaram-se os quilombos abolicionistas, para onde eram levados os escravos fugidos e/ou roubados pelos abolicionistas. Os dois maiores quilombos abolicionistas foram o do Morro do Jabaquara, em Santos, e o do Leblond (que deu origem ao bairro do Leblon), no Rio de Janeiro.

A mais conhecida revolta de escravos foi a *Revolta dos Malês*, que aconteceu em 1835, em Salvador.

A REVOLTA DOS MALÊS

A Revolta dos Malês foi uma rebelião de caráter racial que ocorreu em Salvador, em janeiro de 1835. Nessa época, a cidade de Salvador tinha cerca de metade de sua população composta por negros escravos ou libertos, das mais variadas culturas e procedências africanas, dentre as quais a islâmica, como os haussás e os nagôs. Foram eles que protagonizaram a rebelião, conhecida como dos “malês” (este termo designava os negros muçulmanos, que sabiam ler e escrever o árabe). Sendo a maioria deles composta por “negros de ganho”, que tinham mais liberdade que os negros das fazendas, podendo circular por toda a cidade com certa facilidade, embora tratados com desprezo e violência. Alguns, economizando a pequena parte dos ganhos que seus donos lhes deixavam, conseguiam comprar a alforria.

Em janeiro de 1835, um grupo de cerca de 1.500 negros, liderados pelos muçulmanos Manuel Calafate, Aprígio, Pai Inácio, dentre outros, armou uma conspiração com o objetivo de libertar seus companheiros islâmicos e matar brancos e mulatos considerados traidores; foi marcada para estourar no dia 25 daquele mesmo mês. Arrecadaram dinheiro para comprar armas e redigiram planos em árabe, mas foram denunciados por uma negra ao juiz de paz. Conseguiram, ainda, atacar o quartel que controlava a cidade, mas devido à inferioridade numérica e de armamentos, acabaram massacrados pelas tropas da Guarda Nacional, pela polícia e por civis armados que estavam apavorados ante a possibilidade do sucesso da rebelião negra.

No confronto morreram sete integrantes das tropas oficiais e setenta do lado dos negros. Duzentos escravos foram levados aos tribunais. Suas condenações variaram entre a pena de morte, os trabalhos forçados, o degredo e os açoites, mas todos foram barbaramente torturados, alguns até a morte. Mais de quinhentos africanos foram expulsos do Brasil e levados de volta à África. Apesar de massacrada, a Revolta dos Malês serviu para demonstrar às autoridades e às elites o potencial de contestação e rebelião que envolvia a manutenção do regime escravocrata, ameaça que esteve sempre presente durante todo o Período Regencial e se estendeu pelo governo de D. Pedro II.

Não eram raras as revoltas de negros nos engenhos – vários documentos encontrados recentemente nos informam sobre eles. Mas como aconteciam fora dos centros populacionais, ficaram menos conhecidas. Em 1789, houve um levante de escravos no Engenho Santana, na Bahia, no qual os escravos apresentaram uma série de reivindicações, que nos mostram como estavam mobilizados, o grau de integração entre eles e quais elementos de sua vida cotidiana consideravam importantes para garantir sua existência. Entre suas reivindicações (dois dias da semana para trabalhar em suas lavouras, instrumentos de trabalho, como redes e tarrafas, barca para transportar suas próprias mercadorias para vender, estabelecimento de limites para as tarefas), uma se destaca:

“Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença”.

(Extraído de “Documento apresentado por escravos rebelados ao proprietário do Engenho Santana, na Bahia, em 1789”. In: SCHWARTZ, S. *Roceiros e Rebel-des*. Bauru: EDUSC, 2001, pp. 113-115).

Atividades:

1. Sobre a condição dos escravos no Brasil monárquico, é possível afirmar que eles:

- foram protagonistas de diversas rebeliões
- eram impedidos de constituir família
- sofreram a destruição completa de sua cultura
- concentravam-se no campo, não trabalhando nas cidades
- não tinham possibilidades legais de conseguir alforria

2. (FUVEST, 2002) A reivindicação explicitada no documento nos mostra a importância que as manifestações culturais mantinham entre os africanos escravizados. Entre estas, a congada tinha significado especial. Leia o texto abaixo, que foi extraído e adaptado do artigo “*Comunicação na Avenida: as origens do samba*”, de Haydeé Dourado de Faria Cardoso, publicado na Revista *Ângulo*, no site www.fatea.br:

Para se ter noção da importância e abrangência que o modo africano de fazer e transmitir história oral assumiu no Brasil, as danças dramáticas aqui apresentadas – chamadas também de teatro popular, folguedos ou autos folclóricos – foram registradas por escrito desde, pelo menos, o século XVII. Vieram da África os “dançamentos”, costume de se teatralizar a história oral. Mesclaram-se a tradições indígenas, ganharam algum toque europeu e espalharam-se por toda a extensão territorial do país, em sua maioria capitaneados por “Reis de Congo” ou mestres negros.

Essas danças dramáticas originam-se das coroações de “Reis de Congo”, que eram escravos líderes entre os escravos, coroados simbolicamente “Reis” pela Igreja Católica em inúmeras cidades do Brasil Colônia, por ocasião das festas religiosas. Valendo-se da atividade relativamente permitida de cultuar santos católicos, ao longo dos séculos, os negros foram criativos a ponto de colocarem seus cantos e “dançamentos” nas festas em homenagem a santos padroeiros e em muitas outras celebrações. “Dançamentos” ou danças dramáticas que vêm utilizando para teatralizar episódios de sua história, frente a esta ou aquela imagem de São Benedito, ou Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, Aparecida, ou tantas outras...

Os desfiles desses reis simbólicos pelas ruas das cidades eram organizados por grupos de negros congregados em “nações”: nação Angola, Cassange, Moçambique,

etc., cada qual dançando com seus instrumentos, passos, coreografias, canções específicas. Há registros de negros batucando e dedicando-se às suas danças desde quando os primeiros escravos africanos aqui aportaram, em meados de 1500. Poder dançar e cantar era tão importante para os escravos negros que um grupo deles, no século XVIII, revoltados em uma fazenda baiana que dominaram por quase um ano, ao celebrarem acordo para desocupar a propriedade e voltar ao eito fizeram constar como uma de suas exigências a liberdade de poder dançar e cantar “quando lhes aprouvesse”.

Com o tempo, os cortejos dos “Reis de Nações” foram se misturando e constituíram o que hoje chamamos Congadas. As Congadas têm sido dançadas no decorrer de pelo menos quatro séculos de norte a sul do país, e originaram cerca de trinta diferentes danças dramáticas, como por exemplo a Dança de Moçambique; das Taieiras; do Quilombo; a Dança dos Caiapós; dos Caboclos; Catupé; dos Índios; Tribos; os Bois; o Guerreiro; os Marujos; Fandango; Reisado; os Bacamarteiros. Essas danças também foram apresentadas em batizados de princesas da corte portuguesa, casamentos de rainhas, trocas de vice-reis no Brasil Colonial. Num segundo momento os dançantes são obrigados a deslocar o espaço público das apresentações para festas comemorativas de aniversários de municípios. Posteriormente, muitas danças dramáticas vão acontecer associadas a festivais de turismo, ao carnaval e outros eventos ligados à indústria cultural. Suas apresentações sempre têm ocorrido em contextos festeiros, propiciando o estabelecimento de alianças e outras avenças, constituindo-se também em oportunidades de fruição de lazer.

São muitas as possibilidades de estudá-las sob diversos ângulos, mas o que se deseja acentuar aqui, buscando as origens das práticas da cultura popular que estão na raiz do samba, é que essas danças foram constituídas por seus organizadores e dançantes, sólida e deliberadamente como versões da sua própria história. Nas suas palavras, estão representando “fatos acontecidos”, com a finalidade de ensinar as crianças da comunidade.

Há um propósito também pedagógico quando adultos, pais de família e senhoras idosas transformam seus corpos em suportes de mensagens ancestrais, em gestos e coreografias carregadas de elementos simbólicos e paradigmáticos. Pintam-se, produzem e utilizam as mais coloridas indumentárias, tecidas com simplicidade em palha ou ricamente bordadas em veludos lantejoulados. Não medem esforços para dançar, cantar e contar, vestidos de congadeiros ou moçambiqueiros, quilombolas e portugueses, índios ou senhores de engenho, cangaceiros ou marujos, “para todo mundo saber e dar valor”, “para não esquecer o que foi ocorrido um dia por aqui”.

CONGADAS, MEMÓRIA DA DIÁSPORA

As Congadas, registradas praticamente por todo o país, comunicam especialmente padrões culturais dos povos bantos – termo genérico sob o qual foram consideradas, num mesmo grupo lingüístico, cerca de duas mil línguas faladas nos sertões centrais da África até o sul. São danças dramáticas, espécie de encenações de teatro popular, constituídas no Brasil e que retratam a luta contra o branco que invadiu terras africanas para aprisionar o negro e exportá-lo como escravo. Os bantos aportaram ao Brasil trazendo na memória séculos de guerras e heroísmos que suas nações travaram contra o colonizador europeu e aqui vão criar e recriar sua viagem.

Para as terras brasileiras trouxeram seus deuses, sua visão de mundo e o gosto pela música e dança. Na África, todos os momentos marcantes da vida em sociedade são saudados com a dança: a chegada de um filho há longo tempo ausente, a vitória em uma batalha, a morte de um parente... Até mesmo alguns exércitos desfilam dançando, cada qual no estilo cadenciado de sua etnia.

Também registrados sob as denominações de Ticumbis (no Espírito Santo), Cucumbis, Congados, Zambiapungo, Bales, Ternos ou Guardas de Congos, há documentos escritos sobre Congadas celebradas no Brasil desde o século XVII, com as músicas e danças dos Reis de Congo. Era por meio dos Reis de Congo que os negros bantos reverenciavam, mesmo sob os rígidos controles do sistema escravocrata, os elementos constitutivos de sua cultura. Nas festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, formalmente cultuando entidades católicas,



cercavam-se de pompa e circunstância para homenagear os deuses ancestrais. Volteando espadas, riscavam no chão, “dizendo no pé” as histórias de sua gente e os grandes feitos ocorridos às margens do rio Zaire e nos sertões de Angola.

Tão eficiente foi a preservação de valores, padrões culturais, passos de dança e gestos, que os negros bantos conseguiram perpetuar a história de seus heroísmos por ocasião da escravidão mesmo enfrentando a mudança de ciclos econômicos da colônia, tendo sido carregados dos engenhos de açúcar nordestinos para as minas das Gerais e, finalmente, para os cafezais do Vale do Paraíba. A maioria das Congadas tem servido para encenar a epopéia da diáspora negra através do Atlântico por meio de uma coreografia rebuscada.

Muitas delas, como a de Fortaleza, no Ceará; a de Goiânia, em Goiás; a da cidade da Lapa, no Paraná; e a de Osório, no Rio Grande do Sul, mantêm notável semelhança entre os textos, fatos e estruturas coreográficas representadas com a Congada de Ilhabela, no litoral de São Paulo. Uma comparação dos versos complexos e mais antigos dessas Congadas mostra algumas expressões idênticas, que chegam a estrofes inteiras, e a mesma estrutura dramática, desenvolvida em três partes principais, sugerindo que em algum momento, talvez entre os séculos XVII e XVIII, houve um discurso básico de Congada, cantado de norte a sul.

Não há dúvida de que, entre os ancestrais cultuados pela Congada, o mais importante é a Rainha Ginga. Ginga Mbandi foi a real e indomável soberana do povo Ginga, de Matamba, Ndongo e Angola, que por cerca de meio século, altaneira e silenciosa, ferrenha e cheia de manhas, guerreou, fez alianças e armou exércitos para combater as tropas portuguesas.

A maioria dos dançantes da Congada, hoje, tem a noção certa de que estão representando guerras travadas em África. “Uma parte antiga que vem dos cativos”, “coisa de família”, “vem dos troncos”, “dos antepassados”, “é uma parte dos mais velhos que a gente tem que vigorar”. O simbólico Rei de Congo de Ilhabela, Manuel Ciriaco admitia que se trata de “guerras acontecidas em África”, “coisas de irmãos”, insinua e despista.

As Congadas também deram origem aos Ranchos, que se transformaram nas Escolas de Samba, organizadas no Rio de Janeiro em princípios do século XX. José Ramos Tinhorão, historiador da música popular brasileira, escreve o samba como síntese cultural afro-nordestina e retrata o percurso da passagem que negros e descendentes fizeram do modo de vida rural nas fazendas do Nordeste para os ajuntamentos urbanos cariocas onde fermentou o samba.

Para além de revigorar a memória de guerras e passos de ontem, os brincantes dos Quilombos, das Congadas e de tantas outras danças souberam atualizar sua linguagem

Revista *Nossa História*, nº 4,
p.66

e adequá-la aos novos tempos, criando formas de expressão – as Escolas de Samba – hoje consideradas no mundo inteiro como o grande espetáculo cultural do país. Vejam-se as Escolas: nelas estão os antigos embaixadores, agora chamados componentes da comissão de frente; as taieiras, com as mesmas saias rodadas de antes, desfilando majestosas na ala das baianas; os agogôs, as violas, os ganzás, tambores, “cujo hoje canta”; e a própria estrutura dos cortejos de Rei de Congo, no suceder de alas e alas. Pode-se até vislumbrar o rei de Congo e a rainha Ginga, o simbólico casal real da Congada, representando a mais alta nobreza da escola, como o mestre-sala e a porta-bandeira.

Esta forma de comunicação da memória, renascida no país do futebol, é bem da Ginga, a guerreira ardilosa. Pois o famoso jeitinho brasileiro, o jogo de cintura, o bamboleio do corpo no drible e na dança devem-lhe a essência e o próprio nome: ginga. Gingar, para continuar.

Atividades

1. Estabeleça as relações entre a organização das escolas de samba e a organização das congadas.

2. Quais os elementos de resistência que podem ser identificados nas duas formas de manifestação cultural?

A passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado

Aliadas à resistência traduzida pela luta aberta que os quilombos e as revoltas traduziam, outras vozes se fizeram ouvir. Durante o século XIX, especialmente na sua segunda metade, já se firmara o estado nacional brasileiro, passava-se por um processo de urbanização, o café se transformava na maior riqueza do país, a criação de cursos superiores fizera surgir grupos de intelectuais. A escravatura fora prescrita (a duras penas) nos Estados Unidos e na América persistiu por mais tempo (no Brasil, em Cuba e em Porto Rico). Formavam-se associações emancipacionistas em países europeus, que passaram a exercer pressão sobre os governos dos países escravistas.

A questão abolicionista foi colocada com rigor em 1850, quando foi feita a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos da África para o Brasil. Ela cortou o fornecimento de novos contingentes de escravos e trouxe a discussão sobre as possibilidades de novas formas de trabalho. No mesmo

A PARTICIPAÇÃO DE NEGROS LIVRES NO PROCESSO ABOLICIONISTA

Negros livres ou libertos ocuparam espaços cada vez maiores na luta pela libertação dos escravos e pelo fim da escravatura. Sua luta como deputados, advogados, jornalistas e intelectuais foi de importância fundamental para o fim da escravatura. Muitos podem ser apontados como militantes abolicionistas que, desde os primeiros momentos do Brasil como país independente, puseram-se a campo na luta pela libertação dos negros escravizados.

Procurando não romper com a sociedade estabelecida, alguns deles, como Antonio Pereira Rebouças e Luís Gama, procuravam dentro da lei as possibilidades de libertação. Em 7 de novembro de 1831, uma lei declarava livres os africanos escravizados que desembarcassem no Brasil depois dessa data. Essa lei, diziam na época, fora feita “para inglês ver”, pois fora promulgada pelo Parlamento brasileiro, cedendo a pressões da Inglaterra. Na prática, não se tomava conhecimento dela.

Primeiro, foi Antonio Pereira Rebouças, filho de negra liberta e de alfaiate português, autodidata que se fez advogado provisionado e como deputado participou da Câmara de Deputados, que se apoiou na lei para defender o direito do negro livre e liberto à plena cidadania, dando um tom anti-racista aos seus discursos. Um pouco mais tarde, mas ainda contemporâneo de Antonio Rebouças, um outro negro liberto e também autodidata, Luís Gama, recorreu à lei para, como advogado provisionado, garantir em causas cíveis o direito à liberdade dos cativos entrados no Brasil depois de 7 de novembro de 1831. Ao desenterrar a lei, que a complacência da justiça para com os escravocratas, fizera esquecida no tempo, mas não prescrita, e ao devolver-lhe seus efeitos, Luís Gama conseguia transformar em palanques abolicionistas os tribunais onde corriam as causas que defendia.

A partir da década de 70 do século XIX, o abolicionismo se expandiu como um fenômeno urbano. Era nas cidades que os antiescravistas se reuniam. Pertenciam a todos os segmentos urbanos. Ex-escravos, proprietários, cocheiros e estudantes mesclavam-se a advogados, professores, vendedores ambulantes, agentes das estradas de ferro. Foi também nas cidades que a imprensa abolicionista, pequena e pobre, pôde se desenvolver. Não havia espaço para a luta contra a escravidão nos grandes jornais dominados pelos senhores de escravos. Isso fez surgir jornais de pequeno porte e de vida efêmera, dadas as dificuldades financeiras com que se mantinham, mas que abrigaram talentos do porte de José do Patrocínio. A atuação de Patrocínio não se limitava a trabalho nos jornais que criava: foi o grande tribuno da causa abolicionista.

ano, foi publicada a Lei de Terras, que fechava as possibilidades de ocupação de terras por aqueles que não pudessem comprá-las.

LEI DE TERRAS

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemeifeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes (...).

A campanha abolicionista acabou por ganhar todos os setores da sociedade e por isso pode ser considerada a primeira campanha verdadeiramente popular, na qual se podiam perceber vários movimentos:

- a luta parlamentar travada nas instituições imperiais entre liberais (abolicionistas) e conservadores (escravocratas);
- a campanha popular, no qual se destacaram:
 - a) a atuação de artistas, intelectuais e estudantes, que organizaram comícios, festas, escreviam artigos, peças de teatro, poemas – nesta frente há que se destacar a figura de Antonio Castro Alves, o poeta dos escravos;
 - b) a participação da imprensa que passou a se recusar a publicar anúncios de fugas de escravos e que divulgava todas as formas de escritos abolicionistas;
 - c) a atuação direta dos escravos, que organizavam fugas, auxiliados por grupos abolicionistas que agiam na ilegalidade, como os Caifazes;
 - d) a decisão dos jangadeiros do Ceará de não mais embarcarem escravos, que do Nordeste eram vendidos para os fazendeiros de café do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1871 foi assinada a Lei do Ventre Livre e em 1885, a Lei dos Sexagenários, que não tiveram efeito de libertar grandes contingentes de escravos, mas apaziguaram os ânimos abolicionistas e iludiram a opinião pública. Em 1887, a campanha recrudescu.

Por fim, os proprietários de terras e de homens aceitaram o seco projeto de lei, de dois artigos, enviado à Câmara dos Deputados em 7 de maio de 1888 e aprovado quase sem discussões seis dias depois, que conhecemos hoje como a Lei Áurea:

Art. 1º “É declarada extinta a escravidão no Brasil”

Art.2º “Revogam-se todas as disposições ao contrário”.

Não foi somente esse o objetivo da luta dos abolicionistas. Incluía também a conquista de oportunidades de educação, participação política e melhoria das condições econômicas para os ex-cativos, bem como a democratização da propriedade da terra, como um dos mais importantes meios para conquistar tais fins. A “Lei Áurea”, contudo, somente dava cabo de um sistema que se tornara insustentável. Restrita e mesquinha, atendia, mais que às ânsias dos escravos e dos abolicionistas, aos interesses das camadas dirigentes e dos poderosos, que se atribuíam o privilégio do exercício de uma cidadania, que não assegurava os direitos de todos. Aos negros libertos do cativeiro não houve garantias e foram negadas as oportunidades para sua integração à sociedade dominada pelos brancos proprietários.

Desenraizados, despreparados para a sobrevivência num país que se urbanizava, restaram aos afro-descendentes, aos pardos e aos brancos pobres os morros e a periferia das cidades, onde se confundem na massa de trabalhadores aliciáveis para as mais difíceis tarefas braçais, numa sociedade absolutamente desinteressada de seu destino, que permitiu que o estigma do trabalho escravo se mantivesse.

Atividades:

Leia com atenção os versos extraídos do poema *O Navio Negreiro*, de Castro Alves, escrito em meados do século XIX, e os versos iniciais de *Haiti*, música de autoria de Caetano Veloso e Gilberto Gil, produzida no final do século XX.

(...)

Era um sonho dantesco... o tombadilho/ Que das luzernas avermelha o brilho/
Em sangue a se banhar./ Tinir de ferros... estalar do açoite.../ Legiões de homens
negros como a noite,/ (...) Se o velho arqueja... se no chão resvala,/ Ouvem-se gritos
o chicote estala/ E voam mais e mais (...)

(Antonio de Castro Alves, *O Navio Negreiro*)

Quando você for convidado para subir no adro/ da Fundação Casa de Jorge
Amado/ Prá ver do alto a fila de soldados quase todos pretos/ Dando porrada na
nuca de malandros pretos,/ De ladrões mulatos e outros quase brancos/ Tratados
como pretos/ Só prá mostrar aos outros quase pretos/ (E são quase todos pretos)/ E
aos quase brancos pobres como pretos/ Como é que pretos pobres e mulatos/ E
quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados/ (...)

(Caetano Veloso e Gilberto Gil, *Haiti*)

1. Compare o tratamento dispensado ao escravos africanos e a seus descendentes nas duas peças literárias.

2. Explique a expressão utilizada pelos compositores populares: “quase brancos quase pretos de tão de pobres”.

3. (FUVEST, 2004) Número de escravos africanos trazidos ao Brasil

Período	Milhares de indivíduos
1811-1820	327,7
1821-1830	431,4
1831-1840	334,3
1841-1850	378,4
1851-1860	6,4
1861-1870	0

Fonte: Tabelas de Philip Curtin e David Ellis

Pelos dados apresentados, pode-concluir que, no século XIX,

- A importância de mão-de-obra escrava diminuiu em função da crise cafeeira.
- O surto industrial da época de Mauá trouxe como consequência a queda da importação da mão-de-obra escrava.
- A expansão da economia açucareira desencadeou o aumento da mão-de-obra livre em substituição aos escravos.
- A proibição do tráfico negreiro provocou alteração no abastecimento da mão-de-obra para o setor cafeeiro.
- O reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra causou a imediata diminuição da importação de escravos.

4. (FUVEST-2003) Sobre a Lei de Terras, decretada no mesmo ano (1850) da Lei Eusébio de Queiroz, que suprimiu o tráfico negreiro é correto afirmar que
- a) dificultava o acesso dos ex-escravos à propriedade, estabelecendo o critério de compra e venda.
 - b) estava associada a uma concepção de distribuição de terras para estimular a produção agrícola
 - c) facilitava a aquisição de terras pelos ex-escravos e imigrantes, ao associar terra livre e trabalho livre.
 - d) estava vinculada à necessidade de expansão da fronteira agrícola e aquisição de terras na Amazônia.
 - e) superava o antigo conceito de sesmaria, ao impedir a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

Saiba Mais

Leia

Manolo Florentino. O tráfico negreiro e os padrões de parentesco na família escrava. *Ciência Hoje*. v. 27, n. 157: pp. 44-51: jan./fev.2000.

Hebe Maria Matos. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000 (Descobrimos o Brasil).

Marina Mello e Souza. Repensando a escravidão. *Nossa História*, n. 8, jun.2004.

Suely R. R. de Queiroz. *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é história, 17)

Antonio Risério. Escravos que tinham escravos. *Nossa História*, n. 4, fev.2004.

Eduardo Silva. Flores contra a escravidão. *Nossa História*, n. 7, maio 2004.

Veja os filmes

Amistad, As Filhas do Vento, Chico Rei, Cobra Verde, Fala Tu, O Fio da Memória, Quilombo, Rap do Pequeno Príncipe contra as Almas Sebosas, Sinhá Moça, Xica da Silva.

Consulte os sites

www.ifcs.ufrj.br/~humanas/link.htm

www.inforum.insite.com.br/

www.mnemocine.com.br

www.historia.uff.br/artigos.php

Bibliografia

FLORENTINO, Manolo. O tráfico negreiro e os padrões de parentesco na família escrava. *Ciência Hoje*. v. 27, n. 157: pp. 44-51: jan./fev.2000.

MATOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000 (Descobrimos o Brasil).

MELLO E SOUZA, Marina. Repensando a escravidão. *Nossa História*, n. 8, jun.04

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

VIOTTI da COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

Unidade 2

O trabalho assalariado e o processo de industrialização no Brasil

Introdução

Três Apitos
(Noel Rosa)

Quando o apito da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você.

Mas você anda sem dúvida bem zangada
E está interessada
Em fingir que não me vê.

Você que atende ao apito
De uma chaminé de barro,
Por que não atende ao grito tão aflito
Da buzina do meu carro?

Você no inverno
Sem meias vai pro trabalho,
Não faz fé com agasalho,
Nem no frio você crê.

Mas você é mesmo
Artigo que não se imita,
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você....

O autor deste samba é um dos mais famosos compositores brasileiros da década de 1930 – Noel Rosa, sobre o qual existem numerosos estudos publicados e sites especializados.

BIOGRAFIA

Nasceu no dia 11 de Dezembro de 1910 no chalé 130 da rua Teodoro da Silva no bairro carioca de Vila Isabel, um dos maiores compositores de samba de todos os tempos (se não o maior), Noel de Medeiros Rosa, mais conhecido como Noel Rosa.

Aprendeu a tocar bandolim com a mãe, Martha de Azevedo Rosa, e foi introduzido ao violão (seu principal instrumento) pelo pai, Manuel Medeiros Rosa. Aprendeu a ler e a escrever com a mãe. Noel era muito mais ligado à música que aos estudos. Em 1929,

Organizadoras
Kátia Maria Abud
Raquel Glezer
Elaboradoras
Kátia Maria Abud
Raquel Glezer

Noel, Almirante e João de Barro (o Braguinha), colegas de Vila Isabel, formam um conjunto que foi muito importante para Noel, o Bando dos Tangarás. O repertório do conjunto se compôs de cantigas de inspiração nordestina, de acordo com a moda do momento.

Neste mesmo ano, ele começa a compor, com a embolada “Minha Viola” e a toada “Festa no Céu”. Em 1931 compõe um de seus maiores sucessos, o samba “Com que Roupa?” (Agora vou mudar minha conduta...). “Com que Roupa?” vira o maior sucesso daquele carnaval. A partir de então, não parou de compor sucessos como “Três apitos”, “Prá esquecer”, “São coisas nossas”, “Feitiço da Vila”, entre outros. Noel continuava boêmio, continuava a freqüentar a Lapa, comendo mal, e acabou com tuberculose. No dia 4 de maio de 1937, morreu em sua casa na Vila Isabel.

(Texto extraído e resumido de <http://www.samba-choro.com.br/artistas/noelrosa>)

Sobre a letra da música acima, Ramiro Lopes Bica, autor de uma dissertação de mestrado sobre o compositor escreveu:

A REPRESENTAÇÃO DO MUNDO BURGUES

Noel viveu em uma época em que o País passava por uma fase de reestruturação econômica. As oligarquias agrícolas cediam seu lugar à burguesia industrial. A industrialização era a arma encontrada pelo governo para tirar o Brasil das dificuldades em que vivia após a crise de 1929, e ela aparece representada ou aludida na arte da época, incluindo a música popular.

O samba-canção “Três apitos”, que narra a história da paixão do poeta por uma moça que trabalhava em uma fábrica de tecidos e que não atendia aos seus apelos, apresenta o contexto em que se desenvolve a história:

Quando o apito
Da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você (...)
Mas você é mesmo
Artigo que não se imita
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você

O Brasil no início da década de 1930 investia pesadamente na industrialização. As fábricas sobrepunham-se à agricultura, espalhavam-se pelas cidades e aumentavam o número de proletários urbanos. Em “Três apitos”, pode-se identificar como pano de fundo essa tendência à industrialização.

O compositor percebia as mudanças que ocorriam na estrutura política e social do Brasil. Nem sempre, no entanto, a alusão a um acontecimento característico de uma época, como é o caso da industrialização em “Três apitos”, era algo pensado e proposital. Como já foi dito, a fábrica fazia parte do cenário onde se passava a história. Aqui nos interessa perceber que Noel e suas canções estavam inseridos em um determinado contexto que influenciava e aparecia consciente ou inconscientemente em sua obra.

Essas canções estavam repletas de características do mundo burguês, criticando seus valores e simbologias. Através da ironia e da paródia, a realidade social foi tomando forma nos versos, característicos da visão de mundo do compositor. “Três apitos” é reveladora desse tipo de sensibilidade, na medida em que percebemos, como salientou Naves, que o mundo representado na canção contrapõe-se à arte, assim como a máquina, símbolo da fábrica, contrapõe-se ao piano, instrumento no qual é composto o samba-canção:

Mas o que você não sabe
 É que enquanto você faz pano
 Faço junto do piano
 Esses versos pra você

De um lado estava o universo que abria espaço para canção, o mundo de Noel, a poesia, a sensibilidade e os valores à margem da sociedade de consumo; de outro estava a fábrica, as máquinas, o progresso industrial, o capitalismo e sua busca de lucro. Nessa dicotomia, estruturou-se a canção, com o poeta lamentando não poder se sobrepor à força desse sistema:

Você que atende ao apito
 De uma chaminé de barro
 Por que não atende ao grito
 Tão aflito, da buzina do meu carro?

A melodia desse samba-canção inicia com uma seqüência de quatro semi-tons ascendentes que representam um lamento, salientado pelo próprio ritmo que a complementa. Essa semi-tonalidade está presente na canção, em certos momentos abrindo para notas mais altas, enfatizando uma tentativa desesperada do poeta de ser escutado pela mulher que trabalha nas máquinas. No último verso de cada estrofe, a melodia adquire um tom mais alto durante um compasso e depois desce até o final, salientando a aflição do poeta por não ser ouvido e não estar integrado ao mesmo mundo que sua amada.

Noel Rosa compôs numerosas músicas, entre 1930 e 1937, escritas em linguagem coloquial, descrevendo aspectos do cotidiano carioca.

Faça as seguintes atividades:

1. Escreva com suas palavras o que a letra da música *Três apitos* conta.

2. Que personagens aparecem na letra?

3. Qual o cenário que você imagina para a cena descrita na letra?

4. Qual a profissão da personagem feminina?

5. Compare o comportamento da personagem feminina diante da buzina do carro e do apito da fábrica.

6. O que significa o apito da fábrica?

Maria Alice Rezende de Carvalho, em texto recente, escreve que Noel Rosa é a própria 'invenção do samba', pois transformou o samba de morro, produzido para as atividades de carnaval – produto característico de uma camada pobre, marginalizada e com baixa educação musical – na música popular, reconhecida como tal pela população da cidade do Rio de Janeiro. Ela considera que naquela cidade, pela existência de grande massa popular – incluindo aí tanto os economicamente marginalizados como as camadas médias urbanas, sem controle de 'aristocracia da terra' ou 'aristocracia de negócios', desenvolveu-se 'uma cultura vivaz e enérgica, a contrapelo das referências européias'. Descreve o Rio de Janeiro como o 'próprio retrato da autonomia popular associada à crescente atração que seus intelectuais exerciam sobre diferentes estratos sociais', que se tornou comum na década de 1920.

Segundo a autora citada, o samba de morro – samba do Estácio, cuja referência principal era Ismael Silva – tinha letras com narrativas em forma direta e simples, contando a marginalização dos pobres, a vida nas favelas e nos cortiços. Para ela, Noel 'imprimia uma sinalização radicalmente democrática à tradição carioca, rompendo com uma certa aristocracia do samba e com as concepções intelectuais que poderiam confinar aquele ritmo ao folclore, à rigidez devota de sua ancestralidade negra'.

7. Como em nossos dias os operários são convocados para o início da jornada de trabalho?

8. Que outros aspectos você considera significativos na letra acima?

Para saber mais sobre Noel Rosa

Leia

Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira., org. Berenice Cavalcanti, Heloísa M.M. Starling e José Eisenberg. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 3v.

Antonio Pedro Tota. Cultura, política e modernidade em Noel Rosa, no site www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300007

Ramiro Lopes Bicca Junior. Coisas nossas: a sociedade brasileira nos sambas de Noel Rosa. Mestrado em Teoria Literária/PUC/RS. Porto Alegre, 2001, no site http://www.samba-choro.com.br/print/debates/1005607912/index_html

Veja os sites

www.universiabrasil.net/materia.jsp?materia=2924

www.cifras.com.br/cifras/view/idcategoria/idArtista/404.htm

www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/alo-alo-carnaval/alo-alo-carnaval.asp

www.terra.com.br/istoe/1628/artes/1628_ultimo_desejo.htm

noel-rosa-musicas.letras.terra.com.br/letras/78664/

www2.uol.com.br/noelrosa/

www.cpdoc.fgv.br

Como você leu nos comentários sobre o autor e a letra da música, esta costuma ser relacionada ao período histórico que vai da Primeira República à Era Vargas, de diversas formas: descrição do cotidiano; valorização do trabalho; valorização da mulher; indicativos da transformação no modo de produção – fábrica e carro, inserção da música popular como elemento de nacionalidade.

Vamos explorar o aspecto *trabalho* – que no texto aparece como “fazer pano”, isto é, tecer (indicando que a fábrica citada era uma tecelagem), para apresentar o início da industrialização brasileira, o surgimento de uma nova classe social, o operariado e o fortalecimento da cultura popular.

Antes, porém, retomemos o final do século XIX e o início do século XX, com as condições de vida que se impunham às camadas menos privilegiadas da sociedade.

O processo de formação da sociedade urbano-industrial no mundo capitalista direcionado pela mundialização resultou na constituição das cidades como seus centros mais dinâmicos, espaços em que as contradições sociais se evidenciam e nos quais se desenvolvem processos e fenômenos sociais complexos. Longe de constituírem a causa dessas transformações, as cidades são sua consequência e o local onde eles ocorrem.

O crescimento urbano no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX modificou a fisionomia das cidades, que desde o período colonial eram

centros administrativos e comerciais, ligados a grandes transformações sociais como a abolição, a imigração/migração e a industrialização.

A *abolição* deslocou grandes contingentes de libertos para os centros urbanos, sem que tal movimento se fizesse acompanhar por políticas sociais de integração. Os deslocamentos não ocorreram apenas a partir dos lugares próximos para os grandes centros: grupos de ex-escravos da Bahia se dirigiram para o Rio de Janeiro; grupos de libertos das fazendas fluminenses procuraram se estabelecer nas regiões cafeeiras do estado de São Paulo. No primeiro caso, o resultado é conhecido: desenvolvimento de cortiços e favelas onde se amontoaram os mais pobres, trabalhadores e desempregados.

O início da industrialização brasileira

Durante todo o período colonial no País, houve tecelagem de tecidos rústicos e simples, em todo o território, trabalho realizado em rocas, fusos e teares – tecnologia primitiva, conhecida desde o início do período Neolítico, principalmente por mulheres. A produção era destinada ao consumo doméstico ou local.

Os produtos mais refinados – tecidos, roupas, louças, móveis, elementos de decoração – eram importados da Europa, caros, e seu uso indicava o poder aquisitivo das famílias. Apenas as famílias proprietárias de terras, com exploração de produto de exportação rentável, podiam adquirir tais produtos. Como a maior parte da população era pobre – livre ou escrava –, poucos tinham acesso a esses bens de luxo.

O que é denominado *processo de industrialização* teve início com as tecelagens de algodão, desde o final do século XIX. As máquinas eram importadas do continente europeu, que já havia realizado o seu processo de *industrialização leve* anteriormente.

A cidade do Rio de Janeiro – então sede da Corte Imperial e depois da Capital Federal – concentrava o maior parque industrial têxtil do país, por ter

PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Uso de equipamentos mecânicos, produzidos em série, movidos por energia, em linha de montagem, em planta fabril, para produção em grande quantidade, de forma padronizada, com tempo determinado de trabalho e produção.

INDUSTRIALIZAÇÃO LEVE

Processo de industrialização que se baseia em transformação de produtos naturais, como algodão, e alimentícios, como banha de porco, resultando em tecidos e enlatados. O equipamento era importado, de tecnologia simples, com baixa produtividade. Algumas matérias-primas eram importadas, pelo fato de não serem exploradas ou produzidas no país.

maior população e, portanto, mão-de-obra em abundância e mercado consumidor. As fábricas inicialmente se instalaram nas áreas mais antigas da cidade e depois, com a necessidade de expansão, foram para os subúrbios – antigos bairros rurais, mais distantes, ligados pela via férrea.

Não houve na fase inicial da industrialização uma política governamental que a favorecesse e mesmo assim ela foi crescendo, pois atendia às necessidades imediatas da maior parte do povo.

Noel fez do samba a linguagem da experiência urbana brasileira, e a música popular no lugar da produção do entendimento acerca da modernização do país.

(Texto extraído e resumido de *O Samba, a Opinião e Outras Bossas... na Construção Republicana do Brasil*. In: *Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira*, org. Berenice Cavalcanti, Heloísa M.M. Starling e José Eisenberg. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. v. 1, p. 37-68.)

A indústria brasileira começou no setor de bens de consumo produzindo tecidos de algodão, chapéus, bebidas, produtos químicos: fósforo, cosméticos, produtos farmacêuticos. No setor de alimentos desenvolveu-se a indústria de carne e açúcar, e no setor metal-mecânico produziam-se pregos, parafusos, porcas e latas. O país importava de tudo: máquinas, ferrovias, artigos de ferro como cobre, folha de flandres, foices, pregos, parafusos, tesouras, canivetes; vidros de todos os tipos, papel, tintas, artigos de alimentação, como salames, batatas, água mineral, rum, queijos londrinos, manteiga, mostarda, vinagre, cerveja, ervilhas, biscoitos, além de outros produtos ingleses como botas, toalhas, meias, lãs, móveis, pianos, relógios, chapéus, conservas, chá, rapé, brinquedos, faqueiros, agulhas, alfinetes, cornetas, flautas e inúmeros outros produtos. (Texto extraído de <http://www.hystoria.hpg.ig.com.br/trabimi.html>)

Encilhamento – apelido pejorativo que foi dado ao conjunto de medidas econômicas do ministro da Fazenda Rui Barbosa, no Governo Provisório, com a finalidade de ampliar o estoque de papel moeda em circulação, através da criação de bancos emissores em diversos estados, e facilitar a constituição de empresas por ações. O objetivo era monetizar a economia, isto é, possibilitar o crescimento econômico pela circulação de papel moeda, evitando que a população guardasse o dinheiro em espécie ou em ouro como reserva em casa.

Quando a República foi proclamada em 1889, no Governo Provisório, houve estímulo indireto ao crescimento industrial, através das medidas que permitiram o aumento da circulação monetária pelo *Encilhamento*.

A desvalorização da moeda auxiliava a indústria porque encarecia as importações, obrigando a população a consumir mais os produtos nacionais. Quando o Governo Federal realizava processos de valorização da moeda, a indústria entrava em crise, como aconteceu em 1899.

O crescimento foi retomado a partir de 1904 e, em 1914, o Brasil possuía mais de 3.000 indústrias, que empregavam cerca de 54.000 operários.

Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a produção industrial brasileira recebeu um forte estímulo em função da queda da produção europeia e das dificuldades de continuar as trocas comerciais; além disso, os países envolvidos no conflito passaram a necessitar da produção de outras regiões.

O parque fabril brasileiro se diversificou e cresceu, procurando substituir produtos que até então eram importados – processo que é conhecido como *substituição de importações*.

PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Ocorreu quando no País começou a ser produzido o que antes era importado, com compra de tecnologia desenvolvida no exterior e/ou adaptada às condições locais.

O parque industrial nacional ficou consolidado, e além do aumento da produção industrial, ocorreu o crescimento do operariado e da população urbana.

Data também do período da Primeira Guerra a transformação da cidade de São Paulo em grande parque fabril, concentrando indústrias e operariado, superando a do Rio de Janeiro. Esta predominância foi mantida até meados do século XX, quando este se espalhou pelos municípios vizinhos – a região hoje conhecida como ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul), formando na região metropolitana paulista o parque industrial de maior porte no país.

No período que se seguiu à abolição da escravidão e que se estendeu ao longo da Primeira República, a situação dos trabalhadores urbanos estava sujeita às práticas liberais que minimizavam a intervenção do Estado como mediador das relações de trabalho, a partir do pressuposto de ser este um assunto privado, a resolver-se no âmbito das fábricas, mediante negociação direta e contrato individual. Ao Estado, cabia zelar pelo cumprimento desse contrato e evitar que este fosse rompido sem o consentimento das duas partes contratantes, como ocorre, por exemplo, em situação de greve. Neste caso, na visão liberal de mundo, estaria rompido o equilíbrio entre as partes contratantes e o Estado passava a desempenhar o papel de policial, para resolver conflitos.

Atividades:

1. Descreva, com suas palavras, qual a relação do processo de industrialização com os atos governamentais até os anos trinta.

2. Que tipo de produtos eram fabricados no Brasil?

3. Qual era o público consumidor dos produtos nacionais?

4. Qual era o principal produto de exportação do Brasil?

5. O que você entende por industrialização leve?

6. Assinale a alternativa correta:

- a siderurgia foi a primeira etapa da industrialização brasileira;
- o principal produto de exportação no século XIX era o fumo;
- o início da industrialização brasileira foi com a indústria têxtil;
- a industrialização brasileira foi feita com produtos de luxo;



(Imagem de <http://www.hystoria.hpg.ig.com.br/trabimi.html>)

O operariado

Na Primeira República (1889-1930), surgiu no Brasil uma nova categoria social, o operariado, e com ele as primeiras tentativas de organização dos trabalhadores, que datam da década de 1890.

A maior parte do operariado da época era formada por imigrantes europeus, que traziam concepções políticas novas para a sociedade brasileira: o socialismo e o anarquismo.

Os anarquistas representaram a maior força entre os operários. Sob sua influência foram criados os primeiros sindicatos e realizados três congressos. Em 1906, durante o primeiro congresso, foi fundada a Confederação Operária Brasileira (COB), primeira tentativa de articulação dos movimentos operários no Brasil. Em 1913, durante o segundo congresso, os anarquistas consolidaram a sua liderança, mas em 1920 o movimento entrou em declínio.

Em 1917, a greve geral em São Paulo representou o ponto culminante do movimento anarquista. Mas a partir de 1919, com a repressão desencadeada por Epiácio Pessoa e Arthur Bernardes, os anarquistas não puderam manter suas posições políticas sistemáticas. Como temiam criar uma nova forma de opressão operária, recusaram-se a formar um Partido.

Em São Paulo desenvolveu-se a grande indústria, “estabelecimentos que empregam um capital igual ou superior a 1.000 contos”, com capital disponível acumulado pela cafeicultura. Os primeiros industriais – os “capitães de indústria” – eram grandes fazendeiros e alguns poucos imigrantes que dispunham de algum capital e ou conhecimento técnico.

Esses imigrantes começavam como representantes comerciais de fábricas europeias no País para posteriormente criar seu pequeno negócio, montando ou adaptando componentes para o Brasil. Ao contrário do que ocorreu nos países capitalistas europeus, essa “burguesia industrial” ligada diretamente ao setor agrícola não defendeu uma política de industrialização do país, pois a indústria era considerada “artificial”.

Nos Estados onde a atividade exportadora não se desenvolveu, como em Minas Gerais, onde predomina uma economia de subsistência (exceção das zonas da Mata e do Sul de Minas), o aparecimento de indústrias ocorreu no setor têxtil, que produzia artigos de uso popular e tinha facilidade de obter a matéria-prima – o algodão.

Após a 1ª Guerra Mundial, ocorreu uma maior sofisticação da indústria brasileira, com o funcionamento de fábricas de cimento, papel e celulose, máquinas agrícolas e ferro.

(Texto extraído de <http://www.hystoria.hpg.ig.com.br/trabimi.html>)

A partir de 1917, com a vitória da Revolução Russa, surgiu uma nova perspectiva de articulação política para os trabalhadores: o comunismo. Em 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil, que assumiu, nos anos seguintes, a liderança do movimento operário.

Na Primeira República, o movimento operário era reprimido como uma “questão de polícia”.

Os primeiros operários eram imigrantes italianos, que insatisfeitos com a exploração nas fazendas de café, transferiam-se para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os principais pólos econômicos do país. Em 1900, 92% dos trabalhadores da indústria em São Paulo eram constituídos de italianos, situação semelhante à das outras capitais. Em Minas Gerais, onde a imigração não teve a importância de São Paulo, recrutavam-se trabalhadores entre órfãos, crianças abandonadas e indicação de políticos que ofereciam famílias inteiras para trabalhar nas fábricas do interior de Minas.

As condições de trabalho nas fábricas eram duras: jornadas diárias que estendiam-se por 15 horas, salários sempre baixos, ausência de um sistema de previdência social ou indenização em caso de acidente ou invalidez. Nas fábricas, trabalhava um grande número de mulheres e crianças, pois recebiam salários menores e eram mais fáceis de controlar. Durante a grande greve de 1917, em São Paulo, entre as reivindicações dos operários estavam: o fim do trabalho de menores de 14 anos; a proibição de trabalho noturno para os menores de 18 anos e mulheres.

Os trabalhadores inicialmente defendiam-se através de organizações operárias assistencialistas, cujo objetivo era amparar o trabalhador em caso de doença e morte. A primeira organização operária de luta foi a corrente anarquista, cujo objetivo era a formação de uma sociedade “sem governo e sem leis, constituída por federações de trabalhadores que produzam segundo sua capacidade e consumam segundo sua necessidade; uma sociedade onde a terra e suas riquezas sejam de todos os trabalhadores”; enfim, uma sociedade sem opressão e miséria.

Os anarquistas defendiam a organização dos trabalhadores em sindicatos e a “ação direta” do povo contra a opressão e a miséria, recorrendo até a atos de violência contra autoridades do Estado. As greves constituíram-se em outro instrumento de luta dos operários, que foram freqüentes mesmo com a repressão policial. O governo da República Velha considerava as reivindicações operárias como desordem e, portanto, caso de polícia.

Com o advento do comunismo na Rússia, liderado por Lenin e seu partido bolchevista de estrutura centralizada e disciplinada, a corrente anarquista cedeu terreno. Em 1922, fundou-se no Brasil o Partido Comunista, que procurou unir todos os operários especializados para dar mais força ao movimento dos trabalhadores. O partido, mesmo pequeno, foi duramente perseguido pelo governo de Arthur Bernardes e lançado poucos meses depois na ilegalidade.

O movimento operário conseguiu, mesmo com grande resistência dos empresários, algumas leis de proteção ao trabalho, principalmente após a participação do Brasil na Conferência de Paz de 1919, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Nesse encontro das potências vitoriosas, dez pontos foram considerados fundamentais: 8 horas por dia, 48 horas por semana; proibição do trabalho de menores; auxílio à maternidade; serviço de saúde, etc. De todos esses direitos fundamentais, apenas as 8 horas de trabalho foram aplicados no país, principalmente em São Paulo.

(Texto extraído de <http://www.hystoria.hpg.ig.com.br/trabimi.html>)

Atividades

1. Compare a situação do operariado no início do processo de industrialização com a situação do trabalhador hoje.

2. Quais os partidos que surgiram ligados ao operariado?

3. Qual o tratamento que o governo na Primeira República dava aos problemas sociais?

4. Como você entende a exigência de nacionalização do operariado?

5. Identifique na figura acima os elementos de composição do operariado por gênero e faixa etária. Quais os mais numerosos?

6. Explique a quantidade de mulheres e crianças na foto.

7. Relacione os termos no quadro abaixo:

1. Greves	Vargas
2. Revolução de Trinta	Imigração
3. Lei Celerada	Tenentes
4. Operariado	Café
5. Tecelagem	Anarquistas
6. Leis trabalhistas	Industrialização

O fim da Primeira República

A situação social brasileira após o término da Primeira Guerra Mundial ficou complicada: durante o conflito, a produção industrial crescera, aumentando substancialmente o operariado urbano, mas o fim da luta acarretou sensível diminuição nas exportações. Para salvar a produção cafeeira, a partir de 1917, o governo ampliou a emissão de dinheiro. A emissão provocou uma onda inflacionária, que corroeu os salários; as greves e agitações sociais passaram a ser frequentes.

Ao mesmo tempo, as camadas urbanas cresceram e perceberam que seus interesses eram divergentes dos das oligarquias rurais, e que não tinham meios de expressão política na República Oligárquica.

Na década de 1920, ficou clara a falência do modelo político estruturado pela oligarquia cafeeira. O desenvolvimento da urbanização, a industrialização e os reflexos da Primeira Guerra na economia criaram um novo clima político. Incapaz de renovar-se, o sistema instaurado em 15 de novembro de 1889 dava sinais de esgotamento. As camadas urbanas intensificaram a contestação à política dominante. Setores jovens do Exército manifestaram-se, através do movimento tenentista, favoráveis a um governo mais atuante. Mesmo nos grupos oligárquicos surgiram descontentamentos e cisões.

Durante toda a Primeira República, o voto foi controlado e manipulado. Com as transformações econômicas e sociais que estavam ocorrendo, havia necessidade de mudanças, o que o grupo político no poder não conseguiu realizar.

Mudanças eram necessárias para atender à questão social, regulamentando as relações entre capital e trabalho; criar canais de expressão para os novos grupos políticos; encontrar saídas para a economia agro-exportadora, em crise pela diminuição da demanda mundial.

O governo de Washington Luís, representante do Partido Republicano Paulista, chegou ao poder, sucedendo o mineiro Arthur Bernardes, em 1928. A situação político-econômica do país era grave; nos quatro anos anteriores, o país fora agitado por movimentos sociais de grande vulto: rebeliões no Rio Grande e em São Paulo e a marcha da coluna Prestes. Arthur Bernardes governou em Estado de Sítio e organizou uma severa repressão aos movimentos operários. Em 1926, o Estado de Sítio foi suspenso, mas a tensão continuou. Do ponto de vista da economia, a moeda brasileira – o mil-réis – estava muito desvalorizada, a dívida externa crescia e o café, o principal produto de exportação, estava com suas cotações em baixa. Tentando reformular a economia, Washington Luís iniciou uma reforma financeira, com vistas a estabilizar a moeda. Para manter a repressão aos movimentos operários, em 1927 foi aprovada a Lei Aníbal de Toledo, conhecida como Lei Celerada, que permitia o fechamento de sindicatos e agremiações, caso ameaçassem a ordem e a segurança públicas, o que significava na prática a proibição de qualquer movimento reivindicatório.

A crise aumentou: em São Paulo, surgiu um partido dissidente da oligarquia, o Partido Democrático (PD). Os operários articulavam-se junto ao Bloco Operário e Camponês (BOC) contra a oligarquia dominante.

A situação agravou-se em 1929, com a crise mundial em seu ponto máximo. Com a quebra das economias européias e da norte-americana, as exportações de café caíram ainda mais.

Na oligarquia nacional também surgiram conflitos: a escolha de um candidato paulista, Júlio Prestes, rompeu o acordo político conhecido como “política do café com leite”, pelo qual políticos paulistas e mineiros se revezavam na presidência da República.

Contrariados, os mineiros procuraram o apoio do Rio Grande do Sul, e surgiu a Aliança Liberal (AL), que tinha como candidato Getúlio Vargas, chefe do governo gaúcho.

A existência de múltiplas tensões – econômicas, sociais e políticas – poderia provocar uma mudança radical no sistema de poder, até então dominado pelas oligarquias rurais. Os grupos dissidentes das oligarquias, que haviam apoiado a Aliança Liberal, temiam tal hipótese.

A deposição de Washington Luís e a articulação de um novo pacto político deveriam ser comandadas pelas elites. O motivo para o golpe foi o assassinato, por motivos pessoais, de João Pessoa, que fora candidato a vice-presidente na chapa da AL, em 1930, e era o grande líder político da Paraíba. A população, comovida, relacionou o crime à política oligárquica, que era violenta contra a oposição, e encampou a idéia da deposição de governo.

A Revolução de 1930

Em 3 de outubro, começou o movimento comandado por Getúlio Vargas, presidente do estado do Rio Grande do Sul e membro da oligarquia rural gaúcha. Deposto, Washington Luís partiu para o exílio, enquanto o poder era exercido por uma Junta Pacificadora, composta pelos Generais Mena Barreto e Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías de Noronha. No dia 31 de outubro de 1930, a Junta entregou o poder a Getúlio Vargas.

O movimento de 1930, liderado pelas oligarquias dissidentes, foi apoiado pelos tenentes e pelas camadas urbanas. No poder, o novo grupo procurou harmonizar os diferentes interesses de seus integrantes, que eram conflitantes: os chefes políticos regionais desejavam ampliar o seu poder; os tenentes queriam reformas profundas para transformar o país; o Partido Democrático desejava controlar o estado de São Paulo; as camadas urbanas queriam melhores condições de trabalho, controle dos preços, possibilidade de melhores moradias, atendimento à saúde e à educação.

Procurando atender às diferentes reivindicações, Vargas procedeu à reorganização do Estado, dando mais ênfase ao Poder Executivo. O poder estruturava-se de forma mais coesa, centralizada e acima dos conflitos regionalistas, na busca por uma identidade nacional brasileira.

O governo de Vargas, que deveria ser provisório, estendeu-se por longos anos, de 1930 a 1945, em diversas fases: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo.

O novo governo investiu-se de plenos poderes, para administrar, provisoriamente, o processo de mudanças. O decreto de 11 de novembro de 1930 dissolveu o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais. Todos os presidentes de estado (com exceção do de Minas Gerais) foram destituídos e substituídos por interventores nomeados por Vargas.

Um dos primeiros atos do novo governo foi criar novos ministérios para articular as mudanças exigidas pelas camadas urbanas: o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho.

A nova organização do poder era influenciada por duas correntes políticas, os tenentes e os políticos gaúchos, que advogavam um Estado forte e centralista. Era uma proposta oposta ao federalismo e liberalismo que dominaram na Primeira República.

O Estado surgido com a Revolução de 1930 deixou de lado os princípios do liberalismo clássico, intervindo diretamente na economia e coordenando as lutas entre patrões e empregados. O novo governo não representava um grupo político em particular, para comandar o processo de afirmação do capitalismo. Para isso, a política orientou-se no sentido de manipulação das massas populares, através do nacionalismo e do trabalhismo – política conhecida como *populismo*.

Essa função é bastante clara nas medidas que o Governo Provisório tomou quanto à questão trabalhista. Em dezembro de 1930, foi promulgada a Lei de Nacionalização do Trabalho, determinando a obrigatoriedade de as empresas contarem, no mínimo, com 2/3 de empregados brasileiros, o que, de certa forma, marginalizava os trabalhadores imigrantes, mais politizados. Em março de 1931, foi regulamentada a existência dos sindicatos, controlados pelo Governo. Outras medidas foram tomadas: regulamentação do trabalho infantil e feminino, proteção para as mulheres grávidas; estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho e do direito ao descanso semanal remunerado.

Atendendo aos setores urbanos e aos empresários nacionais, adotou medidas protecionistas à indústria, proibindo a importação de novas máquinas e de produtos de luxo. Foram criados órgãos estatais para a defesa de alguns setores: Conselho Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool e o Conselho Federal de Comércio Exterior.

Leia com atenção os textos acima e faça as atividades:

1. Quais foram os motivos de insatisfação que provocaram a Revolução de 1930?

2. Como o assassinato de João Pessoa influenciou no processo político?

3. Relacione os termos no quadro abaixo

1. Getulio Vargas	Nacionalismo
2. BOC	Atividades urbanas
3. PD	Operários
4. PC do Brasil	Militares nacionalistas
5. Tenentes	Oligarquia dissidente
6. Camadas médias	Oligarquia rural gaúcha

4. Descreva as mudanças legais que favoreceram os trabalhadores na Revolução de 1930.

Movimento modernista de 1922 – realizado no Teatro Municipal de São Paulo por um grupo de artistas e intelectuais que pretendiam apresentar as características nacionais, em linguagem influenciada pelas correntes artísticas e literárias dominantes no continente europeu, pretendendo modernizar a arte e a literatura nacionais. O movimento foi possível pelo mecenato de paulistas pertencentes à oligarquia cafeeira e industrial. Os participantes do movimento dispersaram-se nos anos seguintes pelas diversas propostas políticas dos anos vinte e trinta: integralismo, nacionalismo e comunismo.

A cultura se transforma em questão política

A questão da nacionalidade tornou-se o elemento articulador da política cultural do Estado após a Revolução de 1930, alcançando a educação, a pintura, a literatura, a arquitetura, consolidando algumas das propostas lançadas pelo *Movimento Modernista de 1922*.

O Estado passou a ter voz ativa no processo, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que empreendeu a reforma do ensino, ampliando a rede escolar, estimulando o ensino profissional e a criação de Universidades. Em 1934 foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (USP).

Na década de 1930 alguns intelectuais, de forma isolada, deram início à crítica dos valores consagrados pela História tradicional, praticamente “redescobrimo o Brasil”, como os comentaristas contemporâneos assinalam.

Destacaram-se entre eles:

- Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936);

- Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil* (1933);
- Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933) e
- Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil* (1937).

Na literatura, os autores concentraram-se nos problemas específicos de regiões brasileiras, como José Lins do Rego e Graciliano Ramos. O trabalho pioneiro na linha regionalista foi do paraibano José Américo de Almeida, com a obra *A Bagaceira*, publicada em 1928. Na linha do regionalismo, na era Vargas despontaram autores como Jorge Amado e Érico Veríssimo. No campo da poesia, destacaram-se Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Jorge de Lima e Cecília Meirelles.

O teatro foi o setor no qual as transformações mais demoraram a aparecer, embora o período nos desse um dos mais revolucionários textos de nossa dramaturgia, *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, de 1933 – a peça só foi encenada em 1967. O início da nova dramaturgia nacional ocorreu apenas em 1943, quando o grupo Os Comediantes, de Ziembinski, encenou a peça *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues.

A pintura beneficiou-se de grande apoio governamental por meio de encomendas de obras, estimulando a produção de artistas como Portinari, Guignard, Cícero Dias e Ismael Nery.

Na arquitetura, os ventos renovadores demoraram a soprar. Desde 1930, o arquiteto russo Warchavchik, radicado em São Paulo, causava impacto com sua casa modernista (que ainda hoje existe na cidade de São Paulo, na Vila Mariana, transformada em patrimônio histórico e, atualmente, em reforma para ser um centro cultural). Apenas em 1937, quando tiveram início as obras do prédio do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, arquitetos brasileiros inovadores começaram a surgir.

O projeto do prédio foi elaborado por Lúcio Costa e uma equipe, que incluía Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Jorge Moreira e Afonso Reidy, e contou com a orientação do famoso arquiteto francês Le Corbusier. Em São Paulo, na mesma época, foi construído o Edifício Ester, primeiro prédio moderno de apartamentos, projetado por Álvaro Vital Brasil (prédio que ainda existe e se localiza na Praça da República). Em 1940, Oscar Niemeyer foi convidado pelo então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, para realizar naquela cidade o conjunto arquitetônico do Parque da Pampulha, uma das obras primas da arquitetura moderna.

O período em estudo marca o início da cultura de massas, com o rádio, que se tornou o principal agente de divulgação de notícias, de músicas e de textos radioteatrais, com as radionovelas.

Contudo, a imprensa foi praticamente castrada pela censura governamental. A inovação da época foi o surgimento de revistas de variedades, semanários femininos e revistas em quadrinhos.

A MÚSICA POPULAR: MALANDRAGEM X IDEOLOGIA DO TRABALHO

Incentivada pela rádio e pelas empresas gravadoras de discos, a produção de música popular se desenvolveu. O nacionalismo do período deu alento aos ritmos brasileiros e o samba, em variadas formas (samba-canção, samba de breque) se tornou o gênero preferido. Mas a influência da política atingiu também esse ritmo.

A malandragem, até os anos 1930, constituía tema predileto do compositor popular urbano, adquirindo ao mesmo tempo a forma de um código poético e de regra de vida. A própria figura do compositor se justapôs e se con-

Lenço no pescoço
(Wilson Batista, 1933)

Meu chapéu do lado
Tamanco arrastando
Lenço no pescoço
Navalha no bolso
Eu passo gingando
Provoco e desafio
Eu tenho orgulho
Em ser tão vadio

Sei que eles falam
Deste meu proceder
Eu vejo quem trabalha
Andar no miserê
Eu sou vadio
Porque tive inclinação
Eu me lembro, era criança
Tirava samba-canção
Comigo não
Eu quero ver
Quem tem razão
E eles tocam
E você canta
E eu não dou.

fundiu com a do malandro; samba e malandragem tornaram-se sinônimos na medida em que o compositor se aproximava da malandragem como recurso temático, que com frequência expressava seu próprio modo boêmio de viver. Constituiu-se como uma das manifestações da cultura popular insubmissa, de populações precariamente integradas ao universo capitalista e à sociedade urbana, e que embora exercesse ofícios diversos, muitas vezes se ateu a trabalhos temporários. Essa população elaborou um conceito de trabalho como atividade eventual, desqualificada, não revestida de valor positivo e que encontrou no canto da malandragem sua forma de expressão.

Estes valores dominaram no samba até os anos trinta, projetando a imagem negativa do trabalho. A negação radical dos valores do trabalho fez com que na música popular o operário, o trabalhador, fosse ofuscado pelo malandro (marginal, vadio, impostor). Ao representar e enaltecer o malandro e o modo de vida malandro, a música popular exerceu uma crítica jocosa à vida urbana e encontrou ressonância entre os trabalhadores pobres. O samba malandro traduziu para essa população o descrédito na ascensão social através do trabalho regular: por que maltratar o corpo noite e dia a troco de um salário de fome, se é possível passar melhor vivendo da malandragem?

Evidentemente, o cantor da malandragem acabou ingressando no mundo do trabalho ao gravar em disco suas músicas, mas esta atividade não aparecia para o compositor como uma forma de trabalho. A malandragem, fonte de felicidade, se sobrepunha à figura do trabalhador da indústria do disco e continuava sendo motivo de orgulho, descrita nos versos antológicos de Wilson Batista.

Após 1930, o afastamento do Estado do ideário liberal e simultânea guinada para o intervencionismo implicaram não apenas em implantação da legislação trabalhista e da organização sindical, mas também no seu empenho na divulgação de valores considerados necessários à transformação do homem em trabalhador. A ordenação do mundo do trabalho comportou, portanto, uma estratégia de valorização positiva do trabalho, que correspondeu à corporativização da sociedade como solução para a chamada questão social. O impacto dessa política sobre os trabalhadores se fez sentir não apenas na repressão ao movimento operário, mas na transformação dos sindicatos em órgãos esvaziados de combatividade e atrelados ao Estado. A criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) contribuiu muito para a nova configuração do mundo do trabalho, na medida em que promoveu a divulgação da figura positivamente valorizada do trabalhador, tendo como contraponto a repressão às manifestações culturais que veiculassem o tema da malandragem.

O próprio Wilson Batista, em parceria com Ataulfo Alves, em 1940, acabou cedendo às imposições da censura e substituindo o “otário” pelo “operário” no samba *O Bonde São Januário*.

A interferência do DIP na música popular era feita no sentido de transformá-la em veículo de valores correspondentes aos avanços da industrialização, procurando inserir nos trabalhadores um padrão de comportamento pautado pelo produtivismo e pela dignidade do trabalho como fator de elevação moral e humana. Desde a abolição, difundia-se a ideologia do trabalho, mas a partir dos anos 1930, tal política adquiriu novas dimensões com o recurso da propaganda e da difusão de modelos culturais através do rádio, veículo que atingia grande parte da população.

Surgiram muitos sambas que descreviam trabalhadores bem integrados e até ex-malandros regenerados, em campanha aberta contra o capoeira, o malandro, os desajustados e vadios contumazes. Com

O Bonde São Januário

(Ataulfo Alves/Wilson Batista, 1940)

Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar
Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês:
Sou feliz, vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém
É, digo bem

a implantação do Estado Novo, a ação da censura ocorreu no sentido de procurar retirar da música – ou ao menos de sua letra – o sentido contestatório perante o mundo do trabalho, que nas décadas anteriores teve larga aceitação. Durante o Estado Novo, o governo patrocinou a produção de músicas que exaltavam o trabalho e o conformismo dos pobres, cuja vida miserável foi idealizada em composições como *Ave Maria no Morro*. Outra linha de produção, estimulada pelo governo, foi a do samba-exaltação, que glorificava as riquezas e potencialidades do Brasil, como as composições de Ari Barroso (principalmente *Aquarela do Brasil*).

Na outra ponta da teia, a repressão policial completava a organização do mundo do trabalho, enquadrando o homem desvinculado da produção, o camelô, a prostituta, o menor abandonado, os desempregados e subempregados.

O futebol foi estimulado pelo governo, e atingiu o nível de “esporte das multidões”. O cinema evitava tocar nos grandes problemas nacionais, limitando-se a musicais carnavalescos e às chanchadas que divertiam o povo, sem apresentar maiores questionamentos.

Atividades

1. Descreva, com suas palavras, o papel que foi atribuído à cultura no governo de Vargas.

2. Pergunte aos mais idosos de sua família ou conhecidos do que eles lembram do período de governo de Getúlio Vargas. Anote e faça uma história oral do período, pelas memórias dos mais velhos.

3. Você já leu algum dos autores citados no texto acima? Qual? E o que achou da obra?

4. (FUVEST- 2002)

Com meu chapéu do lado, tamanco arrastando
Lenço no pescoço, navalha no bolso
Eu passo gingando, provoco desafio
Eu tenho orgulho de ser tão vadio
(Wilson Batista, 1933)

Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar
(Wilson Batista, 1940)

Da comparação entre as letras desses sambas, depreende-se que:

a) as mudanças visíveis nos conteúdos dos sambas sugerem adesão à ideologia do Estado Novo.

b) as mudanças significativas de conteúdo decorrem da valorização do trabalho industrial no Rio de Janeiro.

c) as datas das composições correspondem ao mesmo período do governo Vargas, indicando que as mudanças são mera coincidência.

d) as mudanças das letras não são significativas, já que ambas as composições tratam dos problemas de gente pobre e humilde.

e) as letras das músicas estão distantes.

Para saber mais

Leia:

Adalberto Paranhos. Ode à malandragem, *Nossa História*, n. 4, fev. 04.

Ricardo Maranhão. O 18 de Brumário de Getúlio Vargas. *História Viva*, n.º. 2, dez. 2003, p. 84-89.

Jayme Brener. Das cinzas da guerra, um novo Brasil. *História Viva*, n.º. 3, jan. 2004, p. 84-89.

José Geraldo Vinci de Moraes. O papel da música popular na história. *História Viva*, n.º. 7, maio 2004, p. 98.

Ricardo Maranhão. Ideais e tecnologia na Revolução de 1932. *História Viva*, no. 8, jun. 2004, p. 82-87.

Sonia Regina de Mendonça. *A industrialização Brasileira*. São Paulo: Moderna, 2000.

Francisco Iglésias. *A industrialização Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Pesquise nos sites:

www.universiabrasil.net/

www.terra.com.br/

www.cpdoc.fgv.br/

www.hystoria.hpg.ig.com.br/

www.bibvirt.futuro.usp.br

www.historianet.com.br

www.culturabrasil.pro.br

www.tvcultura.com.br/aloescola/historia

Veja os filmes:

Braços Cruzados, Máquinas Paradas; Chapeleiros; Coronel Delmiro Gouveia; Eles Não Usam Black-tie; Getúlio Vargas; O Homem da Capa Preta; Lembrai-vos de 37; Liberdade de Imprensa; Ópera do Malandro; O País dos Tenentes; Os Libertários; Perfil: Luiz Carlos Prestes; Revolução de 30; Revolução Constitucionalista de 32; Anos 30: entre Duas Guerras, entre Duas Artes; Modernismo: Os anos 20; Primeiro de Maio Não é Primeiro de Abril; Século XX: Primeiros Tempos; Viajando pelo Modernismo; Olga.

Ouçã:

Rádio Cultura AM 1200 KHz; Rádio USP FM 93,7 MHz

Bibliografia

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.

CAVALCANTI, Berenice; STARLING, Heloísa M. M.; EISENBERG, José.

(org.). *Decantando a República*: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. v 3.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MALATIAN, Teresa Maria. Estado Novo, ideologia do trabalho e ensino de História. *Anais do Seminário Perspectivas do ensino de História*. São Paulo, Faculdade de Educação - USP, 1988.

SANDRONI, C. *Feitiço decente. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Editora UFRJ, 2001.

Sobre as elaboradoras

Katia Maria Abud

Doutora em História Social, é professora de Metodologia do Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Raquel Glezer

Professora titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde ensina Teoria da História.

Anotações